

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELA MARTINS

**O PERFIL DOS VOLUNTÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA
INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC: UM ESTUDO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA
DENTRO DA ORGANIZAÇÃO DIANTE DA RETRAÇÃO DO ESTADO.**

**Florianópolis
2009**

DANIELA MARTINS

**O PERFIL DOS VOLUNTÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA
INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC: UM ESTUDO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA
DENTRO DA ORGANIZAÇÃO DIANTE DA RETRAÇÃO DO ESTADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. MSc. Maria Izabel da Silva.

Florianópolis

2009

DANIELA MARTINS

**O PERFIL DOS VOLUNTÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA
INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC: UM ESTUDO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA
DENTRO DA ORGANIZAÇÃO DIANTE DA RETRAÇÃO DO ESTADO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Prof^ª. MSc. Maria Izabel da Silva
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

Examinadora

Prof^ª. MSc. Cleide Gessele
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

Examinador

Prof^º. Dr. Ricardo Lara
Professor do Departamento de Serviço Social – UFSC

Florianópolis, 8 de dezembro de 2009.

Dedico este trabalho aos voluntários da ACIC, que me proporcionaram dados para esta Pesquisa. E dedico, principalmente, aos deficientes visuais desta Instituição, com vocês aprendi muito! Exemplos de superação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho marca o fim e ao mesmo tempo, início de uma trajetória. Me sinto feliz por mais esta conquista, que não alcancei sozinha. Portanto, inicio agradecendo a Deus, meu apego maior, que me faz descobrir que ainda tenho forças quando mais preciso ter.

Com amor incondicional, agradeço meus pais, Osvaldo e Sandra, pessoas essenciais na minha vida e sempre presentes. Agradeço por toda a preocupação e dedicação destinadas a mim. Meu porto seguro... minhas verdadeiras fontes de inspiração sempre! AMO VOCÊS!

Com todo carinho, meu muito obrigada a meu irmão Raphael. Sinônimo de parceria e compreensão, sempre me ajudando com “detalhes” do computador, além de muitas noites dormir com a luz do quarto acesa enquanto eu estudava e digitava as páginas deste trabalho.

A meu noivo Alexandre, agradeço a paciência, carinho e por compreender a minha ausência. Mas principalmente, agradeço por acreditar na minha capacidade, mais do que eu mesma!

À ACIC, meu muito obrigada pela oportunidade de estágio e por me acolherem tão bem! Nesta, um agradecimento especial à Assistente Social Vanessa, que sem barreiras, me ensinou tudo o que pôde. Por compreender meu cansaço e por me orientar nos estudos. Tanto que este tema foi sugerido e incentivado pela mesma. Ainda, conheci pessoas especiais, as quais também gostaria de agradecer: Carla, Liana, Lidiane e Patrícia. Algumas vezes me socorreram com algum material para esta Pesquisa, obrigada!

Aos voluntários, agradeço por disponibilizarem uma parcela do seu tempo para contribuir com a realização deste trabalho. Aos deficientes visuais da ACIC, mais do que agradeço! Com eles aprendi que superação é algo muito próximo do nosso alcance.

À minha querida orientadora, Professora Maria Izabel, imenso agradecimento. Pois aceitou contribuir com tema tão polêmico, se mostrando parceira a todo o momento, “nós fizemos”, “nós construímos” e “nós vamos arrasar”!. Agradeço pela paciência ao me orientar, por contribuir com seu conhecimento, por me acalmar

quando achei não dar conta de concluir, e por acreditar no meu potencial! Espero não ter decepcionado!

Aos membros da banca, Professora Cleide Gessele, a qual já tive a oportunidade de ser sua aluna em outros semestres, agradeço por ter aceitado o convite. Ao Professor Ricardo Lara, que recém chegou na Universidade, e que já conseguiu ocupar seu espaço com suas muitas contribuições e discussões teóricas. Aos dois, me sinto honrada em tê-los como examinadores do meu Trabalho, obrigada!

À queridíssima funcionária do Departamento de Serviço Social, Rosana Gaio, muito obrigada pelos e-mails que nos lembravam de tudo e que em muitos momentos nos descontraíam em meio a tanta tensão, você é demais!

Às amigas de curso, que juntas iniciamos a faculdade, em 2006.1 e que infelizmente atrasaram sua caminhada, mas continuam preenchendo lugar no meu coração. Obrigada pela amizade de vocês! Queridas Camila, Jeane, Karine (esta especialmente por ter me indicado ao estágio na ACIC) e Sílvia.

As parceiras de toda a faculdade, juntas começamos esta jornada e juntas estaremos no grande dia! Alice, Gi, Letícia e Vivi. Obrigada por todo o incentivo e preocupação!

Àquelas que foram chegando durante o curso e me conquistando com suas particularidades, Camile, Dani Andrade e Greicy... que venha a formatura!

Às minhas amigas de todas as horas, Érica, Evelise e Rafaela. Peço desculpas pela ausência deste semestre e agradeço o carinho de todos os momentos! Em breve nos encontraremos e daremos risada de todo o meu desespero!

Aos colegas de trabalho da ARP, obrigada por entenderem meu estresse e por me incentivarem. Por serem parceiros e não meros colegas de trabalho.

À colega Daya, que mesmo do outro lado do oceano, conseguiu contribuir com a conclusão deste trabalho. "Merci Beaucoup!"

À "amiga-mammy" Cris, por se preocupar comigo e sempre dizer que tudo vai dar certo! Obrigada!

Aos demais familiares e amigos, peço desculpas pela ausência.

Enfim, à todos aqueles que me incentivaram, torceram e contribuíram de alguma forma para esta conquista... Muito Obrigada!

MARTINS, Daniela. **O perfil dos voluntários da Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC: um estudo sobre sua importância dentro da Organização diante da retração do Estado.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer brevemente sobre Terceiro Setor e Voluntariado, trazendo conceitos, características e desafios, e apontando a ação do assistente social nesse contexto. Assim, expor, através de pesquisa empírica a motivação que leva pessoas a se inserirem no Terceiro Setor, através do Voluntariado, na Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC. A Associação é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que busca proporcionar oportunidades e melhor expectativa de vida aos deficientes visuais. A presente pesquisa se deu através de pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e questionários. Se caracteriza como uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e estudo de caso. Observou-se que a principal motivação dos voluntários é o simples fato de ajudar aos que necessitam, transferindo do Estado para a sociedade civil a responsabilidade de suprir a demanda da sociedade. Os resultados da pesquisa evidenciaram a forte presença do senso de “ajude o próximo”. Observou-se, por parte dos voluntários, um não entendimento de totalidade acerca do Terceiro Setor.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro setor, Voluntariado, organização não-governamental, ACIC.

MARTINS, Daniela. **Le profil des bénévoles de l'Association Catarinense pour l'intégration de l'Aveugle – ACIC: une étude sur leur importance au sein de l'organisation face à la rétraction de l'État.** Florianópolis, 2009.

RESUME

Ce travail a comme but d'analyser le Troisième Secteur et le Bénévolat, en apportant des concepts, des caractéristiques et des défis, et placer l'action de l'assistant social dans ce contexte. Ainsi, par la recherche scientifique, c'est fondamentale l'analyse des motivations des bénévoles qui s'insèrent dans le Troisième Secteur, spécifiquement dans l'Association Catarinense pour l'Intégration de l'Aveugle - ACIC. L'Association est une organisation non-gouvernementale, sans but lucratif, qui fournit des opportunités et une meilleure espérance de vie aux déficients visuels. Ce mémoire a été rédigé à travers des recherches bibliographiques et documentaires, en plus de l'application d'entretiens semi-structurés et des questionnaires. Il est caractérisé comme une approche qualitative de nature exploratoire et l'étude de cas. Il a été observé que la motivation principale des bénévoles est l'entraide à ceux qui ont besoin, ainsi, la responsabilité de l'Etat face à une demande sociale est transférée à la société civile. Les résultats de la recherche réalisée font preuve à la forte présence du sens de "l'aide à l'autrui". Il a été observé que les bénévoles ne comprennent pas forcément l'ensemble du Troisième Secteur.

MOTS-CLE: Etat, organisation non-gouvernementale, Troisième Secteur, Bénévolat.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da Associação	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Recursos Financeiros referentes ao ano de 2009.....	31
GRÁFICO 2 – Funcionários atuantes na ACIC	40
GRÁFICO 3 – Sexo dos voluntários da ACIC	52
GRÁFICO 4 – Formação Escolar	53
GRÁFICO 5 – Atividade Profissional.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado ..	18
TABELA 2 – Informações pessoais dos voluntários	50

LISTA DE SIGLAS

ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ACIC – ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO

AVD – ATIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

CADI – CENTRO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

CPF – CADASTRO DE PESSOA FÍSICA

CRPC – CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONALIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA

DIV – DIA INTERNACIONAL DO VOLUNTÁRIO

FCEE – FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

ICOM – INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS

OM – ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

OSCIP – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

RG – REGISTRO GERAL

TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA ACERCA DOS TEMAS TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO	19
1.1 O chamado Terceiro Setor	19
1.2 O Voluntariado	26
2 BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC, E A PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS SEUS VOLUNTÁRIOS	33
2.1 Histórico e Dinâmica de Funcionamento da Instituição	33
2.2 O Serviço Social na ACIC	44
2.2 Pesquisa com os voluntários da ACIC	46
2.3.1 Percurso Metodológico	49
2.3.2 Apresentação da Pesquisa com os Voluntários Externos	51
2.3.3 Apresentação da Pesquisa com os Voluntários Internos.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
APÊNDICES	68
ANEXOS	74

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.
(Iamamoto – 2007)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso intitulado “***O perfil dos voluntários da Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC: um estudo sobre sua importância dentro da Organização diante da retração do Estado***”, é resultado de uma pesquisa realizada com os voluntários ativos da instituição, referentes ao ano de 2009.

O interesse em fazer essa pesquisa emergiu a partir do Estágio Curricular Obrigatório, realizado na ACIC, no período de março a novembro de 2009. Desta forma, tem como objetivos:

- Geral - Realizar levantamento para saber o que inspira pessoas a procurarem a ACIC para serem voluntárias, e se as mesmas têm a noção do que representa este trabalho frente ao Estado. Com isso, buscar entender e embasar teoricamente a relação existente entre Terceiro Setor e a retração estatal.
- Específicos - Realizar levantamento de quantos voluntários ativos há na Instituição; Compreender o entendimento dos voluntários sobre o serviço que prestam e orientá-los de que não fazem caridade, e sim prestam um serviço espontâneo, sem remuneração, que visa suprir deficiências do sistema capitalista; Identificar o perfil destas pessoas.

É importante ressaltar que esta instituição é referência no tratamento para pessoas com deficiência visual. Foi fundada por um grupo de cegos, com a intenção de amenizar a exclusão social sofrida por deficientes visuais e acima de tudo, os proporcionar uma vida de qualidade.

Entretanto, esta instituição, assim como inúmeras outras Organizações Não-Governamentais, dependem de voluntários para o desenvolvimento de seu trabalho. Pela abrangência de atendimento da ACIC e acima de tudo, pela importância que significa estes voluntários para a Associação, buscou-se, com esta pesquisa, responder o que é o Terceiro Setor e o Voluntariado? E o que motiva pessoas comuns se tornarem voluntárias?

É importante ressaltar que o Terceiro Setor é um tema bastante polêmico. De um lado, os teóricos do Terceiro Setor, os quais consideram que haja um primeiro setor: Estado, um segundo: Mercado, e o terceiro que é constituído por

organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público, ou seja, buscam suprir a carência exposta pelo Estado, enquanto este se mostra cada vez mais retraído – Estado Mínimo. Nesta perspectiva, percebe-se muitas vezes uma visão romântica e salvacionista, no sentido de ver o Terceiro Setor como a solução das mazelas da sociedade capitalista, desconsiderando as responsabilidades do Estado.

De outro lado, uma interpretação crítica e de totalidade, segundo interpretação de Montaño (2005):

[...] o termo “terceiro Setor” é carente de rigor teórico e desarticulador do social, pressupondo a existência de um primeiro, um segundo e um terceiro setor, o que divide a realidade social em três esferas autônomas: o Estado, o mercado e a sociedade civil, tese defendida pelos teóricos do “terceiro setor”. Entretanto, numa perspectiva crítica e de totalidade, adverte que este conceito é puramente ideológico e inadequado ao real. [...] consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista”. (MONTAÑO, 2005 apud SILVA, PANCERI, 2008, p.10).

Outro tema abordado teoricamente será o Voluntariado, o qual não é algo recente, tendo sido trazido pelos portugueses ao Brasil, a exemplo das casas de saúde, entretanto sua expansão se deu a partir da década de 1990, Segundo Silva (2007, p. 18): “[...] no Brasil o voluntariado é movido por três molas principais que parecem se colocar acima, até mesmo, dos nossos condicionamentos históricos: os sentimentos da compaixão, a solidariedade e a indignação”.

E é nesse contexto atual, complexo e de Estado mínimo, que se apresenta o desafio de se refletir sobre o Terceiro Setor como um campo de trabalho para o Assistente Social, e não apenas negá-lo por ilustrar retração do Estado em suas responsabilidades, que este trabalho de conclusão de curso visa atuar, através de pesquisa para entender quem são e por que pessoas buscam inserir-se no Terceiro Setor através do Voluntariado.

A intenção da pesquisa se deu, por buscar identificar a motivação dessas pessoas, pois, até mesmo sem se dar conta, o voluntário pode estar disposto a inserir-se no Terceiro Setor, esperando usufruir algo, ou seja, guiado por um sentimento altruísta. De acordo com Dohme, (2001, p. 18), as seguintes expectativas podem estar ligadas à decisão de executar um trabalho voluntário:

- *Fazer diferença*, algo significativo: nesse caso é preciso delinear-se claramente para cada um o que lhe dará maior sensação de realização, o que o levará a sentir que está fazendo a diferença.

[...]

- *Usar habilidades* que normalmente não têm expressão na sua vida pessoal. Muitas vezes o voluntário está capacitado ou gosta muito de determinada atividade, mas não tem onde realiza-la.
- *Desenvolvimento pessoal*: atualmente, dá-se muito valor às experiências adquiridas, à situação de receber capacitação para determinada função ou para o exercício da vida em grupo.

[...]

- *Satisfação em fazer parte de um grupo*: outro fator de motivação que faz procurar o trabalho voluntário e o sentimento de *pertencer* a um grupo que tem o mesmo tipo de pensamento, uma escala de valores semelhantes.
- *Identificação pessoal com a causa*: muitas pessoas apoiam organizações que utilizaram ou cuja causa identifica-se com problemas que tiveram consigo ou com um parente próximo. Sua visão altruísta do mundo faz com que trabalhem para que outros não venham a sofrer aquilo que elas sofreram.

Assim sendo, este trabalho divide-se em dois capítulos. O primeiro capítulo traz o referencial teórico alusivo ao Terceiro Setor e Voluntariado, abordando diferentes perspectivas, em diferentes momentos históricos.

O segundo capítulo apresenta a instituição ACIC, bem como a atuação profissional do Assistente Social na mesma. Salientando que a ACIC desenvolve trabalhos com deficientes visuais, sem qualquer restrição para atendimento, e de várias cidades do Brasil e exterior, estando localizada na região centro-norte de Florianópolis. São realizadas atividades que fazem com que estes deficientes desenvolvam suas habilidades e também alcancem sua autonomia.

Na seqüência, é apresentada a pesquisa empírica realizada com os voluntários da ACIC¹. Inicialmente realizamos entrevistas semi-estruturadas² com 04 voluntários externos, isto é profissionais que atendem fora da Associação. Na impossibilidade de entrevistar pessoalmente todos os seus voluntários internos, optou-se por aplicar questionários³ para um grupo de 52 voluntários, com ou sem a presença da pesquisadora.

¹ Autorização da Instituição – Vide Apêndice 01

² De acordo com GIL, (1999, p. 121): “Entre as principais vantagens das entrevistas semi-estruturadas estão a sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos”.

³ Segundo Richardson, (2008, p. 189): “A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo. Por exemplo: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, preferência política etc.”.

Cabe esclarecer que foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴, sendo assinado pelos entrevistados e pela pesquisadora, pelo qual foi cedido o direito de publicação das entrevistas, bem como ficou garantido o sigilo das informações prestadas e a não identificação dos sujeitos entrevistados.

Na seqüência, serão apresentadas as considerações finais, pautadas nos dados obtidos a partir da pesquisa empírica e norteadas pelo referencial teórico.

Por fim, as referências bibliográficas consultadas, apêndices e anexos pertinentes ao presente trabalho.

4

Vide Apêndice 02

1 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA ACERCA DOS TEMAS TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO

Para responder à questão desta pesquisa buscou-se compreender, na teoria, o espaço de atuação das organizações não-governamentais e o que se trata por Voluntariado. Sendo assim, este primeiro capítulo abordará, respectivamente, em dois sub-itens, o Terceiro Setor e o Voluntariado.

1.1 O chamado Terceiro Setor

Inicialmente é oportuno esclarecer que existem três setores que formam o Estado: o setor político, o econômico e o social. Estes setores convivem num ambiente comum, sustentando as organizações, cada um com suas atividades e responsabilidades na sociedade, mas também trabalham em conjunto para o alcance de interesses comuns (RESENDE, 2006; MONTAÑO, 2005).

Rosa (2003, p. 27), mostra a diferença entre os três setores:

Combinações resultantes da conjunção Entre o público e o privado

AGENTE		FIM		SETOR
Público	para	Público	=	Estado
Privado	para	Privado	=	Mercado
Privado	para	Público	=	Terceiro Setor
Público	para	Privado	=	(corrupção)

Tabela 1: Combinações resultantes da conjunção entre o público e o privado

Fonte: (FERNANDES, 1994, apud ROSA, 2003, p.27)

O setor político é formado pelo Governo (serviços públicos), o setor econômico pelo mercado (empresas privadas) e o setor social por organizações da sociedade civil, ultimamente chamado de Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-

governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para os outros domínios, graças à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997, P. 27).

Cabe salientar que o termo Terceiro Setor tem sido alvo de reiteradas discussões nas últimas duas décadas, entretanto não há um consenso teórico sobre o mesmo (SILVA, PANCERI, 2008).

Dessa forma, entende-se que o Terceiro Setor é formado por organizações privadas, que buscam o bem estar público, sem visar o lucro (pretensamente). Existem diversas modalidades de organizações que compõem este setor, como: Associações, Fundações, Institutos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs⁵ e as Organizações Não-Governamentais - ONGs; nesta última categoria, destaca-se o envolvimento de diferentes tipos e origens de organizações sem fins lucrativos a serviço do interesse público. Possuem diferentes interesses, dentre os quais se destacam algumas no meio ambiente, outras em causas sociais.

No Brasil, o termo ONG⁶ começou a ser utilizado na metade da década de 1980, referindo-se exclusivamente às organizações que realizavam projetos junto aos movimentos populares, como na área da promoção social, por exemplo. Essas organizações, das pequenas e locais até as grandes e internacionais, buscavam desempenhar um papel sócio-político importante, referindo-se àquelas que desempenhavam trabalhos sérios junto à sociedade, sobretudo na década de 1990.

Tal termo surge e passa a ser usado no Brasil, “especialmente quando por influência estrangeira, formaram-se grupos de protesto à ditadura militar então implantada no país, bem como foram criadas associações de preservação ambiental.” (RESENDE, 2006, p. 28).

De acordo com ROSA, (2003, p. 31):

⁵ Lei 9790, de 23/março/1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2009.

⁶ Segundo Silva, Panceri, (2008, p.9) “o termo ONG não existe juridicamente no ordenamento brasileiro, entretanto, a legislação brasileira preconiza as OSCIP's, que se caracterizam por sua finalidade pública, mas não governamental”.

Sua designação negativa (não-governamental) de fato revela um cunho bastante interessante de independência e ocupação do espaço público por quem não é do governo. Não há no direito brasileiro qualquer designação de ONG [...]"

A sigla "ONG" não representa uma espécie jurídica de organização do Terceiro Setor, no Brasil, o que há é "um reconhecimento supralegal, de cunho cultural, político e sociológico que está em vigor mundo afora". (ROSA, 2003, p. 31).

Diversos fatores contribuíram para o surgimento das ONGs, tais como: o encolhimento do Estado, que passou a se eximir de responsabilidades com alguns cuidados básicos com a população, principalmente, na área da saúde e educação; o considerável aumento da desigualdade social e da diferença na distribuição de renda, que contribui para a proliferação da pobreza e miséria na sociedade; e a preocupação da sociedade com problemas do desenvolvimento social, cobrando das empresas e governo que tomem alguma providência para a melhoria desta situação. Preocupação esta, que fez com que a comunidade empresarial passasse a investir neste setor como uma nova forma de melhorar a imagem institucional.

Ao se reivindicar direitos também se reivindica legalidade e legitimidade. Mas se, de antemão, estes princípios expressam compromissos ideológicos, políticos e econômicos com determinada classe social, não resta outra alternativa para "os sem direitos" se não tentar ampliar tais compromissos. (BIDARRA, 2000, p. 66).

Em aspectos que o poder público não consegue suprir sozinho a demanda que lhe é imposta, é fundamental a participação coletiva organizada, pois esta é imprescindível para projetar um futuro que atenda aos interesses de toda a população, além de que também é necessário que o homem se perceba como o construtor da realidade e não o contrário, como se estivesse submetido a ela.

Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Falamos aqui de participação em todos os níveis, sem exclusão prévia de nenhum grupo social, sem limitações que restrinjam o direito e o dever de cada pessoa tomar parte e se responsabilizar pelo que acontece no planeta. Em resumo, cada um de nós é responsável pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais. Somos cidadãos do mundo e, portanto,

co-responsáveis por tudo o que ocorre. A única forma de transformar este direito em realidade é através da participação. (SOUZA, 2005).⁷

Na sociedade atual, os próprios indivíduos vivem de forma desigual, vê-se uma larga distância entre ricos e pobres ligada a uma dominação política, social e econômica fortalecida pela crescente concentração de renda. Há um empobrecimento ligado a grande maioria da população. Tem-se presente o grande conflito entre Concentração X Empobrecimento.

Diante da ideologia neoliberal, que se contrapõe aos modelos de proteção sociais mais abrangentes, o Estado é retraído de suas obrigações, e passa a ser tarefa da própria sociedade responder às demandas impostas pela grande contradição do capital. A popularmente conhecida “campanha do ajude ao próximo” entra em cena, sensibilizando as camadas da sociedade que dispõe de mais recursos a ajudar àqueles desprovidos dos mesmos, o que talvez explique a “explosão” recente do Terceiro Setor.

Além disso, o crescimento do Terceiro Setor, ou mesmo a explosão citada anteriormente, se dá pela impotência que o Governo tem mostrado para atender principalmente as demandas sociais. Assim, o trabalho realizado por estas organizações é no sentido de preencher os espaços deixados pelo Governo (primeiro setor) e pelas empresas privadas (segundo setor) (TACHIZAWA, 2007).

O Estado torna-se mínimo para investimentos na esfera social e abre fronteiras para investimentos na esfera do mercado, na esfera privada. Muitas vezes privatiza-se o que é público, e com o patrimônio juntamente privatizam-se as políticas sociais.

Deste modo, a esfera privada passa a prestar serviços, que até então eram colocadas como demandas ao Estado, enquanto os serviços públicos são vistos com descaso, predominando a ideologia de que somente os chamados pobres utilizam-se do mesmo, gerando um processo de exclusão.

As políticas públicas tornam-se parciais, fragmentadas e focalizadas, atendendo apenas a população mais vulnerável, ao contrário daquele Estado de Bem Estar Social, que nunca aconteceu no Brasil, em que as políticas deveriam ser

⁷ Herbert de Souza, (Betinho). “Participação Cidadã”. Disponível em <<http://www.brazil-brasil.com/>>, Acesso em 10 de setembro de 2009.

universais e qualificadas, ou seja, as políticas sociais perdem seu caráter universal e passam a atender àqueles que apresentam “atestados de pobreza”, o que conhecemos como cidadania invertida.

Os serviços públicos vêm sofrendo um freqüente e agravante sucateamento. Algumas áreas, como da saúde e da educação, trazem os reflexos trágicos deste cenário.

É neste cenário que aparece alguns benefícios trazidos pelas ONGs. Um deles, segundo Tachizawa, (2007, p. 29), está no fato de:

O público atingido pelos trabalhos das ONGs é bastante diversificado, incluindo como beneficiários desde associações, sindicatos, grupos definidos por religião, como “paroquianos”, “evangélicos”, “umbandistas”; crianças – “de rua”, “trabalhadoras” etc. - , até entes de setores marginalizados ou discriminados, como “portadores de deficiências físicas”, “moradores de rua”, ou “presos comuns”, recortes técnicos, ou de gênero, como “negros”, “povos indígenas”, “mulheres”.

Tem-se posto um grande desafio frente a essas questões, que é o de transformar o espaço público para que todos possam usufruir com segurança e respeito; o que realmente é uma grande batalha na tentativa de efetivamente garantir os direitos frente a um Estado que cada vez torna-se mais desresponsabilizado de suas ações e obrigações repassando estas para a sociedade civil.

O Estado, cada vez mais inexistente no campo das políticas públicas, expõe um verdadeiro dismantelamento frente às demandas que assolam a vida da maioria da população. Em muitos momentos pela falta de atenção do poder público com as necessidades da população, a comunidade assume a responsabilidade e se organiza como sociedade civil.

Com este entendimento, refletindo acerca do que significa a sociedade civil organizada, pode-se ter base nas palavras de lamamoto (2007, p. 42):

A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compreensão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência, para a sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das seqüelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho.

De acordo com o exposto, não há como negar o Terceiro Setor como um espaço de trabalho profissional. Por mais que de certa forma ilustre a desresponsabilização do Estado, é sim uma oportunidade de trabalho, um espaço organizado que requer profissionais competentes, entre os quais o Assistente Social, entretanto com visão crítica e de totalidade⁸. Segundo Silva e Panceri (2008, p. 13):

[...] não se pode desconsiderar as organizações do terceiro setor como espaço de atuação profissional do assistente social. Na dinâmica social contemporânea, os desafios que se colocam aos assistentes sociais são complexos e perpassados por contradições, o que demanda do Serviço Social novas exigências, condições e relações de trabalho, bem como o redimensionamento de suas funções sócio institucionais.

O apoio parcial do Estado se ilustra no apoio a certos projetos advindos da sociedade civil, ou até mesmo de algumas ONGs, ou seja, há a necessidade de trabalho em parceria, seja esta parceria direta com o Estado ou através de programas sociais já existentes.

O Terceiro Setor é uma realidade nova e complexa, e em contrapartida, as leis que o definem ainda são antiquadas e inadequadas. “[...] não dá conta de fenômenos novos como a responsabilidade social do setor privado empresarial e as relações crescentes de parceria.” (CARDOSO, 1997, p. 11). A legislação vigente não trata de forma diferenciada todas as organizações que compõem a sociedade civil, “tampouco coíbe eventuais abusos praticados em nome da filantropia e da assistência social.” (CARDOSO, 1997, p. 11), ou seja, trata de maneira igual os desiguais.

Entende-se que Estado e sociedade civil devem atuar articuladamente, e não se contrapondo, pois o que se busca é a representação da sociedade civil se sobressaindo perante os interesses do capital, pois estes devem estar ligados à busca pela cidadania.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, estabelece o espaço de atuação do Terceiro Setor como sendo um espaço autônomo, como observado nos incisos a seguir reproduzidos:

⁸ Vid SILVA, M.I.; PANCERI, R. **Reflexiones sobre el Trabajo Social y su inserción en el “tercero sector”**. Boletín Electrónico Sura número 141, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2008. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr>>. Acesso em 26 de outubro de 2009.

- inciso XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada à interferência estatal em seu funcionamento;

- inciso XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se no primeiro caso, o trânsito em julgado.

É oportuno resgatar, segundo Paes (2000, p.62), que o movimento social no Brasil tem suas origens remotas na Igreja Católica:

A tradição religiosa está ligada com os principais propósitos do setor: a ajuda ao próximo, o repartir, a preocupação social. A filantropia, por intermédio das santas casas de misericórdia, constituiu a primeira rede de serviços assistencialistas paralelas às organizações do Estado, estão na origem da atuação do Terceiro Setor.

Constata-se que esta prática já existe desde a época da colonização, por meio da caridade, porém somente na década de 1990 organizou-se em um setor, passando a ser reconhecido e valorizado. Seu surgimento deu-se pela incapacidade do Estado de atender às necessidades sociais, que crescem cada vez mais, e pelo fato do mercado preocupar-se tradicionalmente apenas com o lucro, não dando grande importância a questões ambientais e sociais (PEREIRA, 2007).

O crescimento e a notoriedade destas organizações se deram pelo grande aumento dos problemas sociais no mundo, problemas como: miséria, pobreza, violência, discriminação, entre outros. Sua função então passou a ser social e política nas suas comunidades, e não apenas ligada à caridade.

Entretanto, segundo Silva (2008), é necessário refutar a tese desenvolvida pelos teóricos do Terceiro Setor para explorar essa categoria, indo além de sua aparência oficial divulgada inclusive no âmbito acadêmico. Para tanto, é fundamental fazer uma análise do real como totalidade histórica, considerando que:

a partir das mudanças da realidade contemporânea, promovidas pelo embate desigual entre o projeto neoliberal e as lutas dos trabalhadores, verdadeiras transformações estão se processando nas respostas da sociedade à chamada “questão social” e suas refrações (MONTAÑO, 2005 apud SILVA, 2008, p.10).

A autora se pauta em Montañó (2005) ao ressaltar que o crescimento do Terceiro Setor não é um fenômeno isolado, tampouco uma forma de compensação

do afastamento estatal das respostas às seqüelas da “questão social”. Ao contrário, Montañó afirma ainda que:

ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação [...], por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados e que, finalmente, estimula a ação voluntária e filantrópica de um “terceiro setor” dócil e supostamente substitutivo da ação estatal. São três formas de intervenção social que fazem parte do mesmo projeto neoliberal: o desmonte do padrão de respostas sociais típicas do *Welfare State* e da Constituição Federal brasileira de 1988 (MONTANO, 2005 apud SILVA e PANCERI, 2008, p.10).

Nessa estratégia neoliberal, segundo Silva e Panceri (2008, p.15):

alguns elementos foram fundamentais, entre os quais a já mencionada desresponsabilização do Estado, sob a pretensa justificativa de sua incompetência administrativa e do excessivo peso da máquina estatal, justificando a Reforma do Estado, isto é a (contra) Reforma do Estado, o Estado Mínimo, que transfere em grande medida suas responsabilidades para a sociedade civil, a qual vem sendo substituída pelo “terceiro setor”. Desta forma, a desresponsabilização do Estado e a refilantropização da questão social têm pautado as relações entre Estado e Sociedade no contexto de hegemonia neoliberal.

Diante do exposto, abordaremos a seguir o Voluntariado, que tem sido parte constitutiva fundamental da grande maioria das ONGs e demais organizações que compõem o chamado Terceiro Setor.

1.2 O Voluntariado

O tema Voluntariado tem sido muito debatido nos últimos anos, mas muitos desconhecem sua origem e importância. O reconhecimento da importância do voluntário é internacional e, no dia 17 de dezembro de 1985, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou o Dia Internacional do Voluntariado (DIV), com o objetivo de apoiar grupos dedicados a ações voluntárias em diversas categorias sociais.

A partir da resolução da Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o dia 5 de dezembro foi escolhido como data alusiva ao DIV, como forma de homenagear as pessoas que dedicam seu tempo, trabalho e talento para ajudar o próximo.

Pelo mundo, cada país optou por uma forma de comemorar a data. No Brasil, os grupos envolvidos com ações voluntárias têm concentrado seus esforços na divulgação de seus projetos e na ampliação do conceito do trabalho voluntário, onde a ação voluntária está cada dia mais presente no país.

A prática do Voluntariado não é algo recente na história do Brasil. Embora os últimos 10 anos tenham efetivamente marcado uma transformação nas ações voluntárias em prol de grupos ou causas, especialmente na ajuda humanitária aos que convivem com a fome e a miséria. A história do Voluntariado no Brasil começa muito antes desses mencionados 10 anos.

Segundo informações da Revista Integração⁹, o Voluntariado surgiu no Brasil no século XVI, quando organizações religiosas, na sua maioria católicas, introduziram esse tipo de atividade em instituições ligadas à saúde - as chamadas Santas Casas -, seguindo o modelo trazido de Portugal. A primeira Santa Casa de Misericórdia foi implantada em 1543. Durante muitos anos, o trabalho era essencialmente feminino. A partir da década de 1930, o Estado passou a desenvolver políticas públicas voltadas à assistência social, atuando nas instituições filantrópicas.

Pensando que qualquer pessoa pode ser voluntária, independente do grau de escolaridade ou idade, e que o importante é ter boa vontade e responsabilidade, cabe esclarecer, segundo definição das Nações Unidas, que:

o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos...

Em recente estudo realizado na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, definiu-se o voluntário como ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade; doando seu tempo e conhecimento, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa,

⁹ Disponível em: <http://www.ivoluntarios.org.br/>. Acesso em 6 de outubro de 2009.

como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político e emocional (CORULLÓN)¹⁰.

Em análise a estas definições do que venha a ser o voluntário, Dohme (2001, p. 17), quatro elementos relevantes:

- *Qualificação*: o conceito moderno de voluntariado está muito ligado à execução de um trabalho qualificado, que leva em conta o talento e as habilidades de quem o executa.
- *Satisfação*: é um trabalho exercido com prazer, garra, que fascina e dá um sentimento de plenitude a quem o executa. É a busca da obtenção de resultados sociais que coincidem com seus valores pessoais e sua visão de futuro para a comunidade e que está inserido.
- *Doação*: a entrega de horas de sua vida em prol do próximo, da comunidade, é resultado de um amor transbordante, que precisa se materializar por meio da ação.
- *Realização*: é um trabalho que tem compromisso com o êxito, com o sucesso, que está determinado a cumprir os objetivos propostos.

Assim, o trabalho voluntário é uma ação de qualidade, feito com prazer, comprometimento e responsabilidade em direção a uma solução que não precisa ser, necessariamente, grande, mas eficiente. É o somatório desses êxitos que faz a diferença. (DOHME, 2001).

Pensando no voluntário, inserido no Terceiro Setor, podemos destacar que as ONGs possuem duas maneiras de obterem recursos privados. Uma delas é através de pessoas jurídicas, ou seja, empresas privadas, que repassam recursos para causas que de alguma maneira se identifiquem com sua política empresarial.

A outra fonte de recurso privado se dá através de pessoas físicas, ou seja, pessoas que se identificam com a causa e acabam de alguma maneira contribuindo para estas organizações. Esta contribuição pode se dar na forma de doação de material, alimentos ou em dinheiro, ou ainda, através do trabalho voluntário, onde estas pessoas cedem uma parte de seu tempo no desenvolvimento de atividades junto às organizações do Terceiro Setor.

Estas doações de trabalho ou material são chamadas de filantropia, que é a doação realizada por pessoa física para a viabilização de ações sociais, culturais,

¹⁰ Mônica Corullón, "O trabalho voluntário". Manual elaborado para o Programa de Promoção do Voluntariado do Conselho Comunidade Solidária. Disponível em http://espiritualidades.com.br/Artigos_A_C/Corullon_Monica_Trab_Volunt.htm#topo. Acesso em 22 de outubro de 2009.

educacionais, religiosas, esportivas (NATALE; OLIVEIRA, 2003). É uma forma de ajudar e guiar para o desenvolvimento social, sem recorrer a mecanismos públicos, geralmente o doador faz tais doações por causas com as quais se identifica ou por solidariedade.

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, engajado, participante e consciente, diferenciamos também o seu grau de comprometimento: ações mais permanentes, que implicam em maiores compromissos, requerem um determinado tipo de voluntário, e podem levá-lo inclusive a uma "profissionalização voluntária"; existindo também ações pontuais, esporádicas, que mobilizam outro perfil de indivíduos.

Ao analisar os motivos que mobilizam em direção ao trabalho voluntário, descobrem-se, entre outros, dois componentes fundamentais: o de cunho pessoal, a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática, e o social, a tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que leva à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.

Não se deve esquecer, o potencial transformador que essas atitudes representam para o crescimento interior do próprio indivíduo. Para a ACIC, bom se o voluntário puder contribuir e se realizar pessoalmente, a proposta de ser voluntário em tal Associação, é atuar com responsabilidade e consciência do que é ser voluntário.

Conforme mencionado anteriormente, as ONGs sobrevivem por meio de recursos, pois estas não dispõem de orçamento próprio; estes recursos podem ser de caráter material, financeiro ou humano. Com o considerável número de organizações existentes atualmente, acaba elevando também, a demanda por recursos que devem ser disponibilizados para as mesmas. A competitividade faz com que muitas não consigam buscar financiadores para seus projetos.

Assim, como o de todas as organizações do Terceiro Setor, comprometidas eticamente, o fim das ONGs não é o de obter lucro, ou seja, todo seu capital é revertido para a própria organização, sem que nenhum dirigente seja remunerado por seus serviços. Portanto, associações ou fundações podem ser consideradas ONGs, o que as diferem é o fim a que se propõem. As normas e regulamentos que regem as ONGs estão descritas geralmente em estatutos feitos pela própria organização (ROSA, 2003).

É neste contexto que o Voluntariado ganha ênfase. Pois se não há recursos suficientes, as ONGs devem buscar atrativos para que investidores acreditem nelas. Isso pode vir com a capacitação, especialização dos profissionais que atuam nesse espaço.

As ONGs passaram a se especializar cada vez mais em problemas sociais complexos, ou seja, algumas expressões da Questão Social – objeto de trabalho do Serviço Social –, como drogas e violência; esses problemas exigem alta qualificação por parte destas organizações para que consigam apresentar respostas à sociedade. “Para dar conta desses desafios, as ONGs tiveram de contratar mais pessoas qualificadas para prestar assessoria cada vez mais especializada e que fossem aptas a dialogar em nível internacional.” (BAYMA, 1997, p. 121).

De acordo com o exposto, estas organizações devem se profissionalizar cada vez mais, não só pela grande competitividade em busca de recursos, que estão cada vez mais escassos, mas também, porque dessa profissionalização depende o sucesso da organização, pois com profissionais capacitados elas têm chances de dar continuidade a projetos e buscarem recursos da maneira adequada, garantindo assim, sua sobrevivência.

Vale ressaltar que esta profissionalização deve ser feita mantendo o foco do Voluntariado, ou seja, as organizações devem procurar capacitar seus diretores, aqueles que cuidam da administração da organização, e não procurar voluntários que sejam profissionais na área. Uma das maneiras de realizar a profissionalização seria por meio da capacitação destas pessoas, oferecendo treinamentos na área em que desenvolvem o trabalho, para que com isso possam fazê-lo cada vez melhor.

Muitas organizações não investem nesta capacitação por pensarem que tal investimento seja desnecessário para as mesmas. Alguns responsáveis pela coordenação de certas ONGs têm uma visão restrita sobre sua organização, acreditando que o necessário é apenas fazer trabalho voluntário, não importando sua qualidade. Estas organizações necessitam de gestores que tenham uma visão ampliada sobre a área de atuação e que dêem todo o suporte para que elas possam crescer e se desenvolver na medida de suas necessidades, sabendo adequar as ferramentas de gestão para sua realidade (PEREIRA, 2007).

Ultimamente percebe-se que o trabalho realizado pelas organizações que fazem parte do Terceiro Setor vem sendo julgado quanto a sua real intenção. Nem todas existem de fato e/ou cumprem os objetivos para alcançar o bem-estar social.

Diversas vezes, são instituições fantasmas, onde o intuito é único e exclusivamente desvio de recursos, (muitas vezes público).

Existem denúncias feitas, e expostas na mídia, questionando sua idoneidade. Estas denúncias têm deixado a sociedade em dúvida com relação a essas organizações, contribuindo para a distorção da imagem de que sua função é colaborar com o desenvolvimento da sociedade.

Taciana Gouveia, diretora executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong)¹¹, em entrevista à Revista do Terceiro Setor, critica reportagens feitas sobre esse assunto. Segundo ela, “existem sim casos de organizações que se desviam, porém existem muitas organizações sérias que acabam sendo prejudicadas por esta generalização.” E complementa: “a mídia nacional nunca foi a favor de algo questionador da realidade. Por isso não é espantoso que haja essa criminalização e demonização das ONGs e movimentos sociais.” (MEDEIROS, 2007, p. 01).

Outro exemplo oportuno a ser mencionado é o filme “Quanto vale ou é por quilo?”, de Sérgio Bianchi, é uma crítica explícita ao Terceiro Setor. Expõe, num misto de documentário e ficção, que para algumas empresas a miséria é lucrativa; que apoiar este fato é importante para divulgar a empresa, portanto, seguindo este raciocínio, não é interessante diluir a miséria e a pobreza.

Desta forma, entende-se que é imprescindível separar as boas instituições, que prestam trabalhos sérios e com transparência, das “picaretas” (inescrupulosas, desonestas), que infelizmente se preocupam apenas com seus próprios interesses.

Assim, como em outros setores da sociedade, tudo tem seu lado bom e seu lado ruim. Existem sim organizações que se aproveitam da imagem que têm para se desviar de seus objetivos, da filosofia que se propõe inicialmente. Mas, existem também aquelas que não mudam seu principal foco que é contribuir para uma sociedade melhor, seja qual for o segmento que se propõem a seguir. (MEDEIROS, 2007)

Quanto ao Voluntariado no Brasil, percebe-se que o seu marco de expansão foi a década de 1990, o trabalho voluntário cresceu, tanto em consciência, quanto no número de voluntários. Ganhou força com a construção do Programa Voluntários, da

¹¹ ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 31. out. 2009.

Comunidade Solidária, no ano de 1996, constituindo, em 16 estados e no Distrito Federal, mais de 30 Centros de Voluntariado.

Devido ao fato de que o Voluntariado apresentava considerável desenvolvimento, o Governo desenvolveu e regulamentou novas regras para o trabalho voluntário, tendo em vista que estas organizações se baseiam em estruturas diferentes das organizações tradicionais, onde as pessoas desenvolvem trabalhos junto às organizações do Terceiro Setor, porém sem ter vínculo empregatício com as mesmas, no dia 18 de fevereiro de 1998, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei n.º 9.608/98, (anexo 01), estabelecendo os limites legais entre o voluntário e a relação de trabalho. Segundo o Censo de 2005, nessa época, o Brasil contava com mais de 19.7 milhões de voluntários, sendo 53% homens e 47% mulheres¹².

No próximo capítulo será apresentada a Instituição foco deste trabalho, bem como, abordada a pesquisa sobre o perfil dos voluntários da ACIC.

¹² Fonte: Pesquisa Ipsos Marplan realizada com pessoas maiores de 13 anos em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza. Disponível em: <http://www.ivoluntarios.org.br/>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

2 BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC, E A PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS SEUS VOLUNTÁRIOS

O presente capítulo apresentará uma breve contextualização da Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, além de apresentar a dinâmica de atendimento e instrumentos de trabalho utilizados pelo Serviço Social. Ainda, trará a apresentação da pesquisa, que se definiu como uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e estudo de caso, assim como a apresentação de dados e análise das entrevistas semi-estruturadas e questionários, realizados respectivamente, com os voluntários externos e voluntários internos da ACIC.

2.1 Histórico e Dinâmica de Funcionamento da Instituição

Situada no bairro Saco Grande, em Florianópolis, (mapa, anexo 02), a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC é uma Organização não-governamental, sem fins lucrativos que foi fundada em 18/06/1977, pelo senhor Adilson Ventura, atual presidente da Instituição. Foi criada/fundada e sempre dirigida por cegos¹³.

A ACIC é a única Organização Não-Governamental de Santa Catarina, sem fins lucrativos, a oferecer apoio educacional e programas completos de habilitação, reabilitação e profissionalização de pessoas com deficiência visual, com vistas ao exercício da cidadania e a plena participação na sociedade. Sendo uma instituição de cegos e para cegos, é presidida por uma pessoa cega, garantia esta, prevista no seu estatuto.

Conforme o gráfico que segue, seus recursos financeiros se dão através de:

¹³ Neste capítulo, todas as informações sobre a ACIC, são advindas de documentos da Instituição e de um Projeto de Pesquisa, ainda em desenvolvimento, (destinado aos idosos da Associação), de autoria de Vanessa Vinícia da Costa.

- Convênios e Subvenções Sociais com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e Prefeitura Municipal de São José, (estas duas principalmente), outras prefeituras ajudam financeiramente de maneira direta aos alunos que são oriundos de suas cidades e que freqüentam a Instituição;
- Fundação Catarinense de Educação Especial, que cede os profissionais da área educacional;
- Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- Mensalidades dos associados;
- Eventos sociais organizados pela Instituição abertos ao público, visando captação de recursos para manutenção da Entidade.

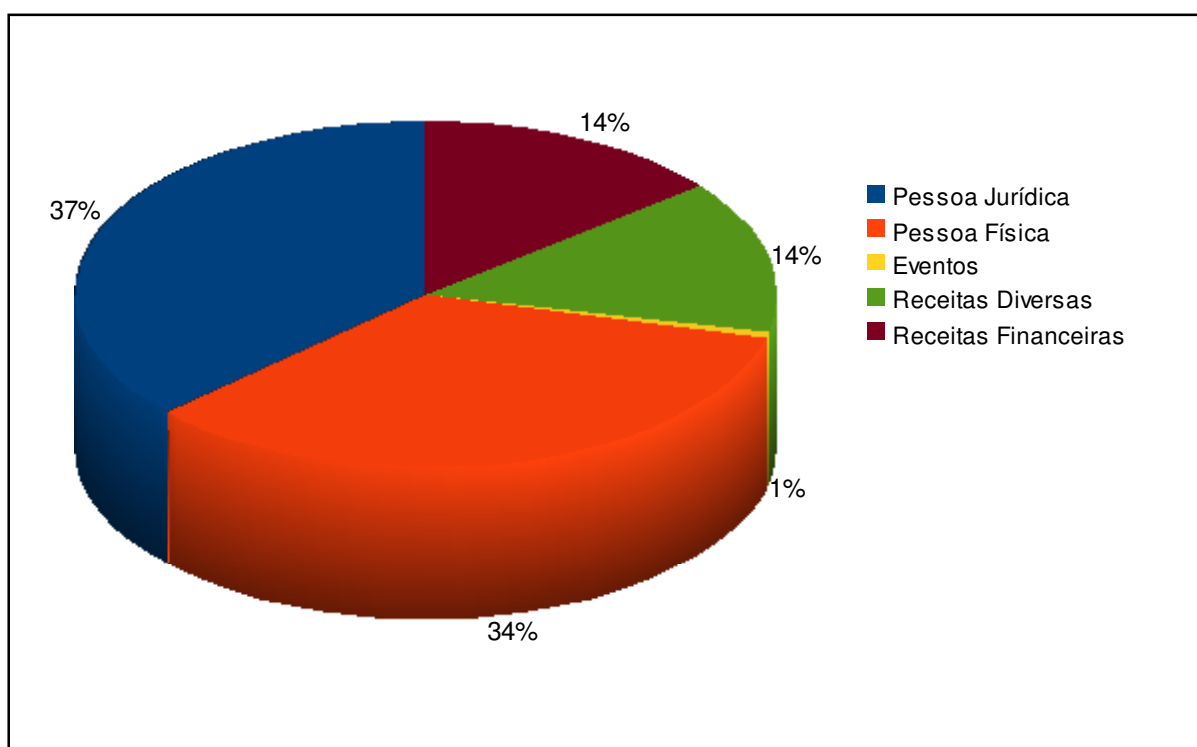


Gráfico 1: Recursos Financeiros referentes ao ano de 2009

Fonte: Formulário Transparência, preenchimento necessário para enviar os dados para o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom) e Portal Transparência.

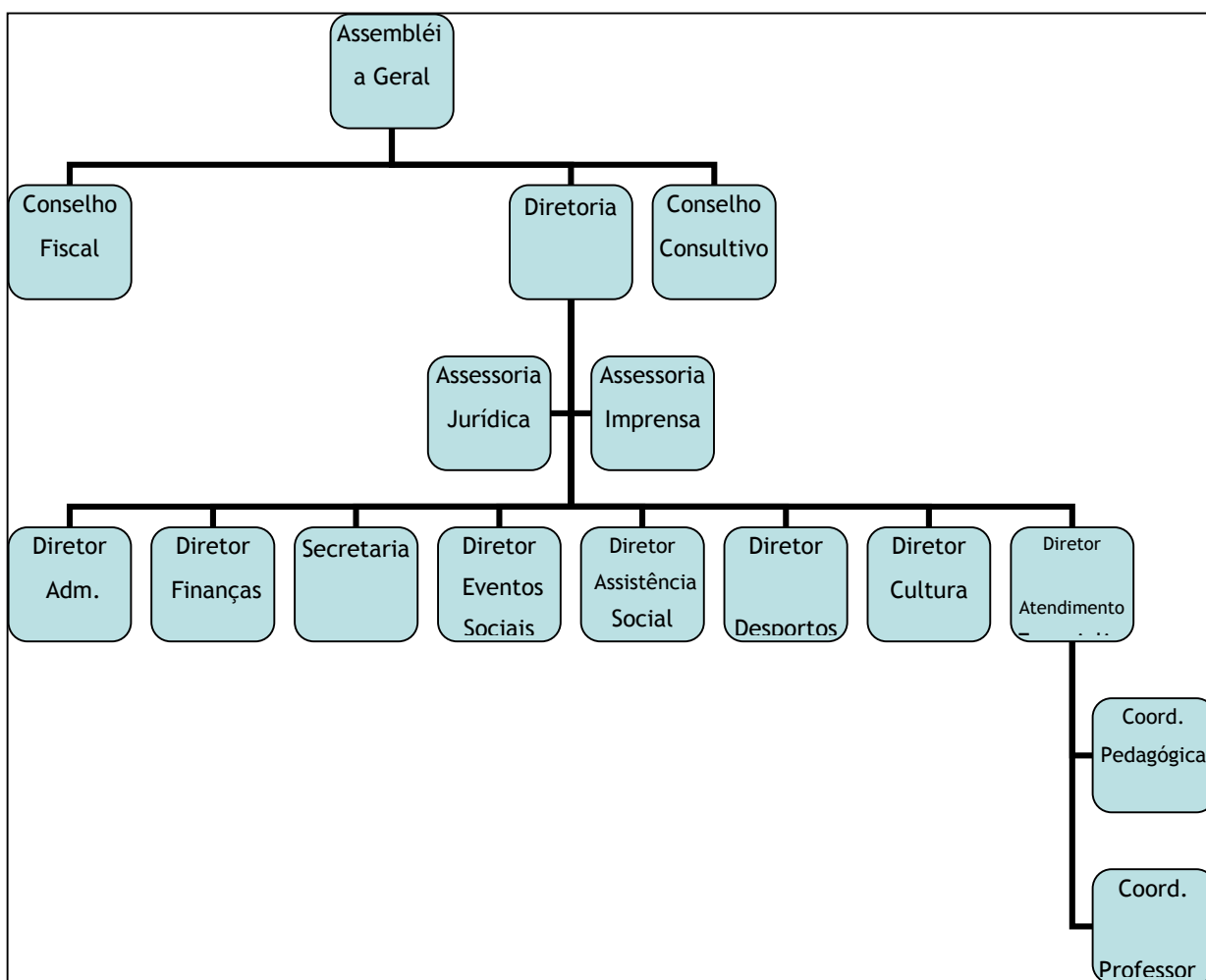
A Associação apresenta como missão promover ações que visem à inclusão social da pessoa com deficiência visual. E entre os objetivos da ACIC, está a busca por acesso à habilitação e reabilitação, educação, profissionalização e convivência das pessoas cegas ou de baixa visão.

Embora desenvolva com grande intensidade atividades de cunho profissionalizante e de habilitação/reabilitação, a ACIC se reconhece como

instituição essencialmente educativa, sendo a educação o eixo básico no qual todos os demais se incluem e se subordinam.

Nesse sentido, reabilitar e profissionalizar são também formas de educar, pois necessariamente tais atividades envolvem promover nos sujeitos a apropriação de determinadas práticas sociais por meio de trocas mediadas por diferentes tipos de saber.

A ACIC está estruturada em Departamentos, com seus respectivos setores, conforme ilustração da figura a seguir:



Quadro 1: Organograma da Associação.

Fonte: RAMOS, José Julio Cordeiro. Plano de desenvolvimento institucional. Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), Florianópolis, 2008. P. 04.

O **Departamento de Administração** viabiliza o funcionamento da Instituição no que diz respeito a recursos materiais e humanos, tendo ainda sob sua responsabilidade, os seguintes serviços:

a) Refeitório, que fornece refeições para alunos, associados e funcionários a preços subsidiados pela Instituição.

b) Centro de Hospedagem foi inaugurado em 2006, composto por 24 apartamentos duplos, com capacidade para atender 48 hóspedes. Durante o ano letivo, o centro de hospedagem é utilizado por educandos que estejam sendo atendidos pelo Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência - CRPC; além de familiares que precisarem acompanhar associados ou educandos em tratamentos de saúde realizados na grande Florianópolis. E também, para profissionais que estiverem participando de cursos de capacitação oferecidos pela Instituição, sejam eles discentes ou docentes. Já no período de férias este Centro fica disponível para os deficientes visuais, profissionais da área e/ou familiares de todo o Brasil que quiserem fazer turismo na Ilha da Magia. O que é importante mencionar, é que o Centro de Hospedagem foi fechado em julho do corrente ano, pelo fato da Instituição não estar conseguindo arcar com as despesas dele advindas.

O **Departamento de Finanças** tem como função acompanhar o fluxo de todos os recursos financeiros que dão suporte ao efetivo funcionamento da Associação.

A **Secretaria** responsabiliza-se por todos os documentos inerentes ao funcionamento da Instituição, viabilizando o preenchimento e a organização do que for necessário para que os mesmos tramitem sem quaisquer intercorrências.

O **Departamento de Eventos Sociais** tem por função promover momentos que possibilitem a interação entre associados, familiares e a comunidade, bem como, viabilizar eventos com o intuito de captar recursos financeiros para auxiliar no orçamento da ACIC.

Seguindo a ordem do organograma, está o **Departamento de Assistência Social**, porém, este será explorado no próximo item.

O **Departamento de Desportos** promove atividades que visam à manutenção do bem-estar físico e mental, dos educandos e associados, através da organização de eventos que objetivam motivar estas pessoas a praticar esportes. As atividades desportivas oferecidas por este departamento são as seguintes: Futebol de Salão, Gooball, Atletismo, Judô, Natação e Xadrez.

O **Departamento de Cultura** promove eventos culturais, que objetivam o desenvolvimento do potencial artístico dos associados. Motiva para a utilização da Biblioteca, bem como, estimula o hábito da leitura; além de viabilizar alternativas

para a participação dos associados em eventos culturais tais como shows, teatro e coral.

No **Departamento de Atendimento Especializado**, encontra-se o Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência, Biblioteca Especializada, Centro de Produção de Material e Espaço de Lazer. Há também o Núcleo de Produção Braille, que produz materiais em Braille para que as pessoas com deficiência visual, que fazem uso deste recurso, possam ter acesso a cultura letrada, seja para atuarem como profissionais, ou para estarem em condições de igualdade em sua trajetória acadêmica.

Na dinâmica do atendimento, pode-se defini-lo como gratuito e aberto a todas as pessoas cegas e de baixa visão, sendo necessário apenas submeter-se ao processo de triagem e avaliação multidisciplinar, que irão subsidiar a futura programação de atendimento. O referido atendimento conta com o apoio de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.

Na triagem, o Serviço Social verificará se o indivíduo preenche o único pré-requisito exigido para freqüentar a Instituição, ou seja, ter deficiência visual comprovada – laudo do oftalmologista, contendo a descrição de sua patologia visual e também os dados referentes à sua condição visual (acuidade visual). Além de alguns outros documentos básicos para matrícula: RG, CPF e comprovante de residência. Na seqüência passará para as próximas etapas da triagem, para atingir o resultado final que é o planejamento do atendimento.

Após este primeiro contato com o Serviço Social, o deficiente visual é entrevistado e avaliado pela equipe multidisciplinar, através dos profissionais das áreas de Psicologia, Pedagogia, Orientação e Mobilidade, Atividades da Vida Diária, Educação Física, Psicomotricidade e Musicoterapia.

O fluxo desse processo de avaliação segue a seguinte seqüência:

a) o **Serviço Social** realiza a avaliação sobre a situação sócio-econômica do ingressante, bem como levanta dados sobre suas relações familiares, visando conhecer a posição do sujeito no contexto social.

b) o setor de **Psicologia**, por sua vez, avalia o estado sócio-emocional do indivíduo, compreendendo este processo no sentido das questões referentes ao tipo e período de aquisição da cegueira ou baixa visão. São observados na avaliação psicológica o modo como o ingressante se relaciona com sua condição de pessoa

cega ou baixa-visão, o processo de elaboração da perda visual e a demanda de apoio psicológico para o ingresso no CRPC.

c) a equipe de **Pedagogia** avalia o grau de escolaridade e o seu nível de aspiração profissional. Neste momento, pode se iniciar o planejamento da intervenção educativa que o futuro educando usufruirá.

d) a equipe de **Orientação de Mobilidade (OM)** analisa se o indivíduo está em condições de locomover-se independentemente. A partir de dados sobre a condição visual, avalia o melhor caminho para promover a autonomia do sujeito através das técnicas adequadas.

e) a equipe de **Atividades da Vida Diária (AVD)** investiga se o indivíduo consegue ou não, realizar com independência as suas atividades do dia-a-dia. Podem ser eleitas nesse momento as principais competências que serão promovidas no sujeito para sua autonomia no cotidiano.

f) o setor de **Educação Física** avalia a condição física e motora do indivíduo. A programação de atividades físicas considerará esses dados, visando promover no sujeito a melhoria de suas condições para a busca de sua independência.

g) o **Musicoterapeuta** avalia as lembranças de sons que o indivíduo traz consigo e como podem auxiliá-lo no seu processo de habilitação e reabilitação.

Em seguida, a equipe reúne-se e é realizado estudo de caso, onde cada profissional expõe os dados observados, dando o seu parecer sobre quais os atendimentos este novo aluno deverá freqüentar e assim, terão subsídios para elaborar a futura programação de atendimento. Cada aluno segue uma programação individualizada, visto que, cada ser humano tem histórias de vida diferentes, devendo se considerar suas necessidades e seus interesses.

O referido atendimento, o qual foi acima descrito, está subdividido em programa de habilitação e reabilitação, programa de profissionalização e encaminhamento a recursos comunitários.

O destaque da ACIC está em seu Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência – CRPC, que foi criado em 1986 com a proposta de oferecer habilitação, reabilitação e profissionalização plena num mesmo espaço físico onde vem atendendo um número crescente de educandos cegos, baixa-visão e com outras deficiências associadas.

Para tornar-se aluno do CRPC, a pessoa pode ser encaminhada pelo Integrador da Educação Especial, por alguém da família, por um amigo, por algum serviço comunitário ou ainda vir por iniciativa própria.

No CRPC, o aluno pode passar pelas seguintes atividades:

- **Orientação e Mobilidade:** consiste em técnicas para o uso da bengala longa e os conhecimentos básicos do uso do guia vidente, proporcionando a capacidade de deslocar-se independentemente, usufruindo o direito de ir e vir. O profissional desta área também pode dar informações sobre como conseguir um cão-guia.
- **Atividades da Vida Diária:** tem por objetivo proporcionar ao indivíduo cego ou com baixa-visão, sua total independência para realizar com segurança todas as atividades rotineiras do dia-a-dia; desde cuidar da sua higiene, sua aparência e seus objetos pessoais, até organizar uma casa, fazer compras, cozinhar e conviver adequadamente em comunidade.
- **Sistema Braille:** engloba duas modalidades, a de Simbologia Braille que é ministrada para aquelas pessoas que perderam a visão durante ou após a conclusão de sua escolaridade, tendo, portanto, necessidade de conhecer um outro tipo de escrita para poder entrar em contato com a cultura letrada e a Alfabetização Braille onde se enquadram nesta modalidade aquelas pessoas que não foram alfabetizadas no sistema de escrita gráfica.
- **Sorobã (aparelho de cálculo):** possibilita a realização de operações matemáticas, com a utilização do raciocínio lógico.
- **Escrita Cursiva:** é o ensino da escrita gráfica, bem como de técnicas que possibilitam a utilização deste recurso para assinar e escrever o nome, datar, preencher cheques, fichas e produzir textos.
- **Comunicação Alternativa:** busca alternativas de comunicação para o educando surdo-cego, como alfabeto digital e libras adaptadas.
- **Informática:** uso do computador com leitores e ampliadores de tela tanto para fins de entretenimento, quanto para fins pedagógicos.
- **Educação Física:** esta categoria se subdivide em atividades físicas, onde ajuda o aluno a desenvolver-se nos aspectos afetivo, cognitivo e motor, assim como desperta sua consciência crítica através de um programa de atividades selecionadas e planejadas, tendo como objetivo principal o

desenvolvimento bio-psico-social do indivíduo como um todo; e psicomotricidade que tem como objetivos, educar os movimentos através dos movimentos, visando uma melhor utilização das capacidades físicas, e favorecendo seu desenvolvimento geral. Relaciona o pensamento à ação, englobando as funções neurofisiológicas e psíquicas, levando em consideração o aspecto comunicativo do corpo e da gestualidade.

- **Musicoterapia:** é uma especialização científica que estuda a investigação do complexo som/ser humano. Seja o som musical ou não, tendente a buscar os elementos diagnósticos e os métodos terapêuticos do mesmo.
- **Assessoria Pedagógica:** é um atendimento oferecido para aqueles educandos que já se alfabetizaram e pretendem seguir vida acadêmica. Este dividi-se em: apoio pedagógico, que busca mediar a apropriação de conceitos básicos necessários em sua trajetória acadêmica; e reforço pedagógico que busca mediar a apropriação dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Posteriormente, o educando pode ser avaliado na avaliação de hábitos e habilidades, para descobrir qual deve ser o caminho a seguir em termos de profissionalização. Se o aluno tiver perspectivas de ingresso, ele é encaminhado para o setor de preparação para o trabalho, depois para as atividades de educação para o trabalho.

Quanto a Profissionalização, esta área tem o objetivo de sistematizar os atendimentos profissionalizantes oferecidos aos educandos habilitados/reabilitados ou em processo de habilitação/reabilitação, com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho competitivo ou em atividades ocupacionais e está subdividido em duas etapas, Pré-profissionalização e Profissionalização.

Os atendimentos estão organizados sob a forma de cursos (presenciais e à distância com tutoria), treinamentos em serviço, estágios, produção própria e sub-contratos, tendo como foco a inclusão social das pessoas com deficiência visual, e observando suas limitações, suas potencialidades e o ritmo de cada indivíduo. Divide-se em duas etapas:

- a) **Pré-profissionalização:** tem o objetivo de favorecer o desenvolvimento pessoal e funcional da pessoa com deficiência visual, visando um bom desempenho ocupacional e ou profissional. Esta etapa deve focar aspectos ligados, principalmente, ao potencial de cada educando e às

suas habilidades. Deve permitir a sondagem de aptidões, limitações e interesses, destrezas, personalidade e tolerância. Utiliza situações de trabalho, reais ou simuladas, de modo que seu desempenho permita uma avaliação adequada sobre a função na qual deverá ser treinado pelo programa profissionalizante. A avaliação de hábitos e habilidades para o trabalho visa a avaliação e o desenvolvimento dos aspectos pessoais e sensoriais perceptivos-motores, que são especialmente necessários para melhor rendimento no trabalho e a preparação para o trabalho, proporcionam oportunidades produtivas remuneradas, visando o desenvolvimento de hábitos, atitudes e habilidades básicas para um bom desempenho profissional.

- b) **Profissionalização:** visa preparar a pessoa com deficiência visual para o exercício de atividades profissionais. Esta etapa caracteriza-se como um período de complementação ou aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários à profissionalização, permitindo que a colocação profissional seja bem sucedida.

Após percorrer este trajeto é encaminhado ao mercado de trabalho, onde será feita a sua adaptação e seu acompanhamento durante um período de três meses, se necessário. Caso algum aluno seja aposentado por invalidez, ou por algum outro motivo, não tiver condições de ingressar no mercado de trabalho, é encaminhado para as atividades de caráter ocupacional e/ou de convivência.

Além dessas opções, atualmente é oferecido o serviço de Produção Independente, onde todo associado que saiba produzir algum trabalho artesanal de forma independente pode produzi-lo, no espaço físico da ACIC, com os recursos disponíveis e vendê-lo nas feiras organizadas pela associação.

A Associação tenta passar para os indivíduos que a freqüentam que, mais do que estarem em um momento de integração, o desenvolvimento dessas atividades pode fazer com que conheçam novas perspectivas, fazendo-os pensar em um novo começo para suas vidas, com outras formas de planejar o futuro, por meio da educação e da profissionalização, permitindo, assim, a mudança da realidade a qual estão submetidos.

A Instituição atende alunos vindos de diversos lugares, como por exemplo, Angola (África) e diversos outros vindos do interior do estado de Santa Catarina, bem como, de demais estados brasileiros, como Alagoas e Paraná.

A ACIC enquadra-se nas associações, sendo que a principal característica das mesmas é o fato de que, geralmente, seus beneficiários é um grupo específico, que tem alguma característica comum, ou seja, são especificamente aqueles que contribuem de alguma maneira para utilizarem seus serviços, sejam por meio de mensalidades ou doações de materiais que contribuam com o desenvolvimento da associação. “É a reunião de pessoas (física ou jurídica) de forma organizada na busca de objetivos que não visem à lucratividade, bem como que persigam interesses demandados pela coletividade.” (RESENDE, 2006, p. 34).

Assim, ALBUQUERQUE, (2006, p. 43), afirma que:

Diante das alterações do novo Código Civil brasileiro, é preciso esclarecer que as organizações do terceiro setor constituídas como associações são entidades sem finalidade econômica, entendendo-se por finalidade aquilo a que se presta a entidade, ou seja, o fim para a qual foi concebida. Entretanto, é permitida a atividade econômica, ou seja, aquela em que haja circulação de bens ou direitos de forma onerosa ou não, desde que não gere lucro e este seja distribuído. Os recursos gerados são aplicados nas atividades da instituição.

De acordo com o exposto, as associações, do mesmo modo que as outras organizações do Terceiro Setor, não têm fins lucrativos. Elas podem comercializar bens e serviços, desde que esta receita seja reinvestida na própria associação.

O Estado pode contribuir para o desenvolvimento do Terceiro Setor, seja através de parcerias, de isenção de impostos ou do repasse de recursos. No caso da ACIC, o Governo disponibiliza funcionários, (professores), de seu quadro de pessoal e os lota em tal Instituição.

Hoje, a Associação conta com 06 (seis) funcionários da Prefeitura de Florianópolis e 22 (vinte e dois) da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, o que conforme o gráfico abaixo representa 52% do quadro de funcionários da ACIC.

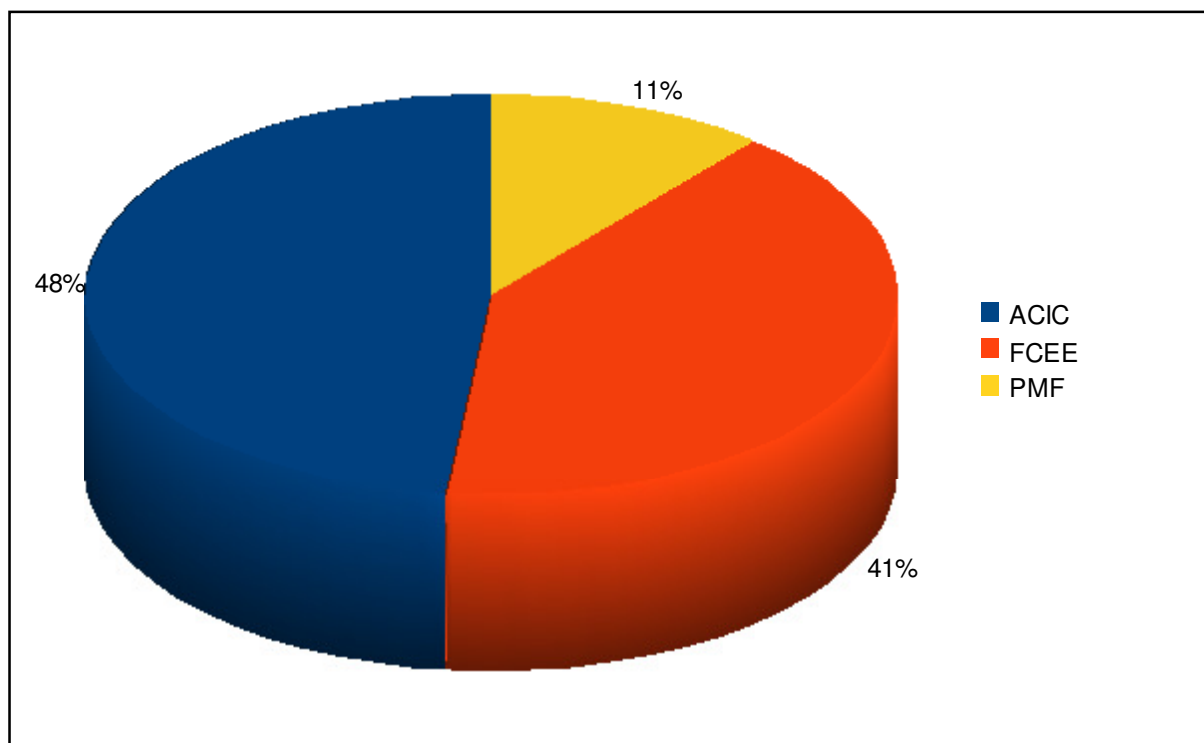


Gráfico 2: Funcionários atuantes na ACIC.

Fonte: Pesquisa própria realizada através das entrevistas semi-estruturadas e questionários no período de março de 2009 a novembro de 2009.

Quanto aos funcionários contratados pela ACIC, a organização realiza o recrutamento e a seleção de candidatos divulgando a vaga disponível por meio de distribuição de cartazes, sendo que a organização prioriza as pessoas que, geograficamente, moram perto da Associação. Após o recebimento dos currículos, é feita a análise e seleção dos mesmos, onde os candidatos selecionados são chamados para entrevista e encaminhados para a psicóloga. Após todo o processo, é realizada a contratação do candidato que mais se aproximou do perfil para o cargo a ser exercido.

Com relação à remuneração, esta se é paga pela instituição, é estabelecida pela base do mercado e os benefícios são somente os obrigatórios, tais como, vale transporte, vale alimentação, salário família e insalubridade, este último apenas para os funcionários de serviços gerais. A organização também disponibiliza ao colaborador café da manhã e tarde.

A ACIC abrange todas as idades e sexos, seu critério de atendimento são todas as pessoas cegas e de baixa visão, ou seja, qualquer indivíduo que apresente deficiência visual, não havendo nenhum outro tipo de seleção, nem renda, sexo ou local de moradia influenciam na hora do atendimento, como já foi dito, basta ser comprovada a deficiência visual.

2.2 O Serviço Social na ACIC

Voltando-se ao Departamento de Assistência Social da ACIC, seu objetivo maior é atender a todos que o procuram, ou seja, cada pessoa que se dirige ao Departamento é atendida, seja esta usuária da ACIC ou não, todos recebem o devido encaminhamento para melhor sanar sua necessidade.

Quanto às atividades desenvolvidas por esse departamento, destacam-se: planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos na área do Serviço Social; articular-se com órgãos assistenciais, previdenciários, públicos e privados, objetivando a extensão dos seus benefícios aos associados; promover ações que possibilitem a maior participação dos associados nas atividades da ACIC; trabalhar em parceria com os demais departamentos. Além disso, o referido departamento é responsável pelos seguintes setores:

- **Setor de Apoio Sócio-Familiar aos Alunos e Associados:** executa atividades como acolhimento, triagem, encaminhamento às redes de apoio sócio-assistenciais Governamentais e Não-Governamentais, acompanhamento dos usuários e ou suas famílias através de visitas domiciliares e institucionais, encaminhamento para assessoria jurídica, dinâmicas de grupo, promover ações que possibilitem a maior participação dos associados nas atividades da ACIC, participação nas reuniões das equipes multidisciplinares do Centro de Reabilitação Profissionalização e Convivência – CRPC e Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Infantil – CADI, supervisionar a confecção de carteiras de passe livre intermunicipal e encaminhamento para a interestadual e supervisionar estagiários na área do Serviço Social.
- **Setor de Serviço Voluntário:** responsável por levantamento das demandas por serviço voluntário nos setores da Instituição, divulgação das funções que podem ser realizadas pelos voluntários, no site do Instituto Voluntários em Ação, participação em cursos, palestras e reuniões voltadas para este segmento, entrevista com os voluntários, apresentação institucional, encaminhamento para o setor de interesse do voluntário, acompanhamento e avaliação do trabalho voluntário com o

usuário e com o responsável pelo setor que o mesmo estiver exercendo as atividades.

- **Setor de Captação de Recursos:** elabora projetos sociais, realizar articulação com órgãos públicos e ou privados, objetivando a captação de recursos financeiros e humanos para a Instituição.

O Serviço Social da ACIC está passando por uma reestruturação, um novo estatuto está sendo elaborado para posterior aprovação. Tanto que a divisão do Serviço Social em setores, como explicitado anteriormente, é algo recente e ainda não aparece no organograma da Instituição.

As Assistentes Sociais da Associação em questão, (que no momento são três profissionais), trabalham com demanda espontânea, e esta é a mais complexa de atuar. São questões aleatórias, de diversos fatores fundantes e pessoas com histórias de vida únicas.

Com essa demanda espontânea, surge também a percepção rápida de tomada de atitudes. E aos poucos é adquirida segurança necessária para lidar com este tipo de demanda.

Dessa maneira, tudo o que chega ao Serviço Social, é ouvido com atenção e busca-se soluções, sempre dentro da legalidade de direitos. É mostrado o caminho e orientado para a emancipação dos direitos, cabendo ao usuário decidir se quer ou não aderir ao que é exposto.

Em um contexto que se caracteriza pela redução drástica de direitos e serviços públicos e pela ampla desigualdade social, o Serviço Social possui um papel fundamental em realizar um trabalho qualificado para atuar com questões que ainda carecem efetiva problematização. Segundo Mota (2000, p. 143):

Os assistentes sociais enfrentam uma série de dificuldades e limitações para conduzir seu trabalho e tentam assegurar sua legitimidade, manter seu posto de trabalho e afirmar sua utilidade, procurando responder à exigências feitas pela empresa, definindo seus objetivos profissionais a partir dos objetivos corporativos.

Sendo assim, é necessário que o profissional, conheça seus objetivos e os objetivos da Instituição em que atua. Para ter clara a distinção entre objetos e objetivos profissionais e da Instituição, o profissional precisa afastar-se da idéia de dicotomia entre teoria e prática, apegando-se nas duas ao mesmo tempo, fazendo valer que elas se complementam a partir de quando compreendidas.

Para que o profissional de Serviço Social atue de forma efetiva nas expressões da questão social, é necessário o conhecimento da realidade em toda sua particularidade, e a partir daí, munido do aporte teórico-metodológico, atue na mesma com vistas a alcançar os objetivos a que se propõe.

Este profissional que atua nas diversas instituições, não percebe em alguns casos o seu objeto de trabalho, confunde o fazer profissional com o fazer institucional, o que não pode ocorrer.

O Assistente Social precisa se afirmar e se reconhecer enquanto profissional, tendo claro o que é sua identidade profissional, agindo de forma crítica, ético-política, interventiva e propositiva, de forma a orientar os usuários nas suas relações sociais.

Quando estes muitos profissionais atuam em redes, além da existência de relações de poder, de competitividade entre os profissionais da rede, os Assistentes Sociais têm dificuldade em identificar suas atribuições e competências. Comparando isso à proposta do trabalho em rede, não faz sentido, pois quando se buscam parcerias, o ideal é procurar somar e não competir, e isso é colocado sempre, em todas as atuações em rede.

Os desafios do Serviço Social perpassam por contradições relacionadas ao modo de produção capitalista cabendo então ao profissional descortinar a realidade social na qual está inserido. É no enfrentamento dos desgastes exercidos sobre a população e na luta para a ampliação da qualidade de vida e dos direitos dos cidadãos, além de muitos outros, que se dará o exercício profissional de um Assistente Social.

Na tentativa de compreender o que motiva pessoas comuns, de diferentes ramos profissionais, a procurarem o Serviço Social da ACIC para se voluntariar em tal Instituição, foi o que instigou a pesquisa sobre o perfil destes voluntários, e a mesma é explicitada no próximo item.

2.3 Pesquisa com os voluntários da ACIC

Andrade (2005, p. 121) conceitua pesquisa como sendo “um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo

encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.” Ela tem a finalidade de contribuir para a solução de problemas concretos.

Dentro das inúmeras vertentes que envolvem o Terceiro Setor, optou-se por focar no Voluntariado da ACIC como sujeito desta análise. A escolha por esta pesquisa deu-se pelo fato de que não existem teses voltada a este tema na ACIC. A maioria das pessoas que lá fazem estágio opta por abordar o tema Famílias, sendo que sobre o Terceiro Setor e Voluntariado há apenas uma dissertação e ainda assim, comparativa com outra instituição.

A pesquisadora já tinha conhecimento da importância e dificuldades enfrentadas pela Associação, no que diz respeito aos seus voluntários. Por isso, este foi escolhido como objeto de estudo, para que essa pesquisa pudesse contribuir apresentando um levantamento de dados a respeito dos voluntários ativos da Instituição e assim traçar um perfil.

Inicialmente fez-se a pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente o objeto investigado. Na seqüência realizou-se pesquisa documental¹⁴ na ACIC para levantamento de dados, tais como, quantidade de voluntários ativos cadastrados, nome, telefone para contato, além dos dados institucionais para ser possível explicar a dinâmica da instituição.

Vale ressaltar que atualmente a ACIC tem 56 voluntários cadastrados, destes, 04 (quatro) são chamados de externos, pois prestam o serviço fora da instituição, neste caso, são os médicos, que atendem aos associados em seus próprios consultórios; e os demais 52 (cinquenta e dois), são os chamados voluntários internos, que vão até a instituição, prestam o Voluntariado lá, como na leitura de materiais, adaptação de materiais para os deficientes visuais, ou ainda que buscam e levam os associados quando este precisam ir ao médico, INSS ou outro local que não tenham como irem sozinhos.

¹⁴ Segundo Gil (2007): na pesquisa documental existem os documentos de primeira mão, ou seja, aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico tais como os documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas, e os documentos de segunda mão que de alguma forma já foram analisados tais como: relatórios de pesquisa; relatórios de empresas; tabelas estatísticas e outros.

Para realizar esse levantamento de dados, foi utilizada entrevista¹⁵ semi-estruturada, elaborada pela pesquisadora, com apoio e supervisão da orientadora pedagógica e questionário próprio da Instituição foco da pesquisa.

Na impossibilidade de entrevistar todos os 56 (cinquenta e seis) voluntários, delimitou-se aplicar entrevista semi-estruturada com os voluntários externos e questionários com os voluntários internos. Assim, a entrevista foi realizada com os médicos parceiros (externos). Quanto aos demais voluntários ativos devidamente cadastrados no Serviço Social da instituição foram aplicados o questionário¹⁶.

Baseando-se em referenciais teóricos, Richardson, (2008, p. 90), define pesquisa qualitativa da seguinte maneira:

pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

A pesquisa qualitativa parte de questões amplas que vão se definindo na medida em que se desenvolvem os estudos. Envolve dados descritivos, por meio de processos interativos, pelo contato do pesquisador com a situação estudada.

É apropriada nos casos de avaliação formativa, quando trata-se de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou quando é o caso da proposição de planos, ou seja, trata-se de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção, mas não é adequada para avaliar resultados de programas ou planos. (ROESCH, 1999, p. 146).

A abordagem qualitativa considera como contexto, o ambiente interno e externo, exercendo grande influência sobre as pessoas que realizam suas ações em função do seu ponto de vista sobre o ambiente.

¹⁵ Vide Apêndice 01. Segundo Gil, (2007, p. 115), a “entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde”; além disso, ainda afirma que (1999, p. 121), “a entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados...”. Segundo Andrade (2005, p. 146), “esta pesquisa consiste em uma conversação informal, que pode ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para o informante.”

¹⁶ Vide Anexo 03. De acordo com a definição de Gil, (2007, p. 114), “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”, além disso, “o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”. (GIL, 2007, p. 115).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994).

Quando se trata de uma pesquisa exploratória, segundo, Gil (1999, p. 43):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Neste tipo de pesquisa, pode ser utilizado o estudo de caso:

o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. (YIN, 1981 apud GIL, 1999, p.73).

Assim, com relação à pesquisa empírica, definiu-se a metodologia adotada como abordagem qualitativa de caráter exploratório e estudo de caso. A seguir, apresenta-se o percurso metodológico.

2.3.1 Percurso Metodológico

Conforme já informado anteriormente, o objeto desta pesquisa é definir o perfil do Voluntariado ativo da ACIC. Para tanto foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semi-estruturada e questionário.

A pesquisa bibliográfica¹⁷ serviu para fazer o levantamento do maior número de informações a respeito do assunto estudado, tendo sido indispensável para chegar ao desenvolvimento e solução do problema levantado.

¹⁷ Gil, (1999, p. 65): A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

O levantamento documental que se assemelha ao levantamento bibliográfico, também utilizado para esta pesquisa, tendo como diferença entre os dois o fato de, neste segundo instrumento de coleta de dados, tratar de documentos que podem ser alterados conforme os objetos da pesquisa, ou seja, não são documentos científicos, que não receberam tratamento analítico.

Para esta pesquisa foram utilizados documentos fornecidos pela Associação, como estatuto interno, formulários, dissertações, termos de convênios e fichas cadastrais. Esses documentos foram escolhidos por contribuírem com a aproximação da pesquisadora às informações do sujeito da pesquisa.

No primeiro momento realizaram-se as entrevistas semi-estruturadas, que foram realizadas com os voluntários externos, ou seja, com os médicos voluntários que atendem em seus próprios consultórios.

Para aplicar estas entrevistas, foi feito contato prévio com os médicos. A Assistente Social da ACIC telefonou para os mesmos, explicando que estava sendo realizada uma pesquisa para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e se eles enquanto voluntários poderiam atender à pesquisadora, respondendo algumas perguntas.

Assim, a pesquisadora assumiu a responsabilidade por marcar a data e horário, de acordo com a agenda destes voluntários, e assim foi feito. De acordo com a disponibilidade destes profissionais, a pesquisadora compareceu na data e horário acordados, munida de um Termo de Consentimento para a entrevista, qual foi assinado pelo entrevistado e entrevistadora, garantindo sigilo das informações prestadas.

Já no consultório, antes de iniciar a entrevista, brevemente foi esclarecido que se tratava de uma pesquisa acerca dos temas Terceiro Setor e Voluntariado, e que tal entrevistado foi escolhido por fazer parte do Voluntariado da ACIC, que é a Instituição foco da pesquisa.

Na seqüência foram aplicados 52 questionários aos chamados voluntários internos, para que se fizesse um levantamento de informações essenciais para o desenvolvimento do estudo, sem que para isso precisasse contar, imprescindivelmente, com a presença da pesquisadora.

Considerando a quantidade de voluntários e o fato de que os mesmos não se encontram diariamente na ACIC, este questionário foi aplicado no decorrer do ano.

Cada novo voluntário que se apresentava na Instituição, era devidamente cadastrado, assinando o Termo de Responsabilidade, e em seguida, respondia o questionário próprio da instituição, onde tais informações foram utilizadas para esta pesquisa.

A análise permitiu averiguar os motivos que levam pessoas comuns, muitas vezes sem qualquer ligação direta com deficientes visuais, a se sensibilizar e se dispor a ser voluntário na ACIC, ou seja, a colaborar em suprir uma falha do Estado.

2.3.2 Apresentação da Pesquisa com os Voluntários Externos

Como já mencionado anteriormente, realizou-se entrevistas semi-estruturadas com 4 (quatro) voluntários da área da Medicina. Destes, 3 (três) são especialistas em Oftalmologia e uma em Ginecologia. Os dados averiguados seguem em forma de tabela e com comentários gerais.

As entrevistas foram realizadas no período de 31 de agosto a 4 de setembro do corrente, e como já mencionado anteriormente, em horários estabelecidos de acordo com as agendas profissionais destes médicos.

Informações pessoais dos voluntários	
Estado Civil	Entre casado, divorciado e solteiro
Idade	Entre 50 e 58 anos
Sexo	Masculino e Feminino
Tempo de atuação profissional	Entre 27 e 35 anos
Tempo que presta serviço voluntário para ACIC	Entre 5 e 20 anos

Tabela 2: Informações pessoais dos voluntários

Fonte: Pesquisa própria realizada através das entrevistas semi-estruturadas no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2009.

De maneira geral, estes profissionais, sempre exerceram a profissão. E quanto à realização profissional, foi unânime dizerem que gostam do que fazem e se sentem realizados profissionalmente.

Questionados sobre sua opinião acerca do serviço voluntário, disseram que entendem como algo humanitário, que proporciona uma maior aproximação com as pessoas, além de ser importante socialmente, conforme falas abaixo:

Entrevistado 04: “Quem pode deve ajudar o próximo”.

Nesse sentido, entende-se o Voluntariado como uma relação humana, rica e solidária. Não como uma atividade fria, racional e impessoal. É contato humano, oportunidade para se fazer novos amigos, intercâmbio e aprendizado. Este sentimento de estar sendo útil a alguém é uma forte motivação, por exemplo, para o envolvimento de pessoas comuns com pessoas com deficiências, as quais a sociedade tende a desvalorizar e considerar inúteis.

Estes voluntários conheceram o trabalho da ACIC, ou por serem amigos de seu fundador e presidente, ou através de algum paciente, sendo que nem todos conhecem o espaço físico da Associação.

Lembrando-se do fato que o Voluntariado no Brasil, surge com a prática de caridade relacionada à Igreja, tanto que segundo Silva, (2007, p. 20), afirma que:

no Brasil há alguns anos atrás, ao se referir à ações voluntárias, automaticamente pensava-se em movimentos religiosos ou trabalhos na área da saúde, ações de cunha caritativo, os quais sem dúvida nenhuma era e continuam sendo importantes.

De acordo com a mesma autora, (2007, p. 19), “percebe-se também como fatores determinantes do Voluntariado a compaixão e a solidariedade”.

Em relação aos motivos que os levaram a serem voluntários, alguns disseram terem sido movidos pela sensibilidade, pois julgaram importante ajudar o próximo, conforme abaixo:

Entrevistado 01: “Gosto do serviço voluntário por me sentir bem ajudando o próximo”.

Entrevistado 02: “Todos devem ter a chance de melhorar sua visão”.

Entrevistado 03: “Não tem um único motivo ou razão, simplesmente gosto de ajudar as pessoas”.

Com responsabilidade e vontade de ajudar as pessoas que precisam, percebe-se que o Voluntariado aplica-se em na sociedade como um todo. O Voluntariado é fruto de uma sociedade que sabe de suas limitações e se dispõe a ajudar, mesmo não tendo retorno financeiro, pois absorvem como maior riqueza sentir-se útil pelo fato de estar ajudando alguém que precisa.

Um dos profissionais entrevistados, além da parceria com a ACIC, presta serviço voluntário através de palestras em comunidades vulneráveis socialmente e na penitenciária. Os demais, oficialmente desempenham trabalho voluntário, através de seus consultórios, apenas em parceria com a ACIC, porém, se esporadicamente surge algum caso que necessite de consulta médica em sua área, e que infelizmente o paciente não possa pagar pela mesma, estes profissionais atendem sem cobrar nada por isso, entendem por ser um trabalho voluntário.

Estipulam, em média, um paciente por semana, encaminhado pela ACIC, mas explicam ser uma formalidade por questão organizacional, mas que na verdade atendem a demanda encaminhada pela Associação. Entendem que se estão sendo encaminhados, é porque necessitam de atendimento. Por este motivo, um destes profissionais ressaltou que se aborrecem quando marca consultas em sua agenda, destinada a atendimento voluntário, e que o paciente simplesmente não comparece e não avisa, diz que isso é falta de respeito.

Quanto à sua expectativa sobre o trabalho voluntário, de acordo com os relatos há diferentes perspectivas:

Entrevistado 01: “Através do trabalho voluntário posso proporcionar melhores condições de vida, através da visão, para aqueles que atendo e não têm condições de pagar pela consulta.”.

Entrevistado 02: “Acho importante o serviço voluntário, me instiguei a participar, quando na formatura recebi o conselho de um tio que disse que eu só seria médica de verdade quando pudesse olhar pelos menos favorecidos”.

Entrevistado 03: “No mundo algumas pessoas têm mais do que outras, e, portanto, acho interessante dividir. Por isso, divido com o que posso que é através da minha profissão”.

Entrevistado 04: “Não tenho expectativa. Pretendo continuar contribuindo porque gosto do que faço e me sinto bem sendo voluntário”.

Já que a ACIC tem como público alvo os deficientes visuais, um dos entrevistados mencionou que:

Entrevistado 03: “Se tratando de pessoas com deficiência, seja ela qual for, estas pessoas precisam ser ajudadas não por pena ou caridade e simplesmente por suas limitações”.

As falas expressas, podem ser explicadas segundo Miguel Darcy¹⁸, definindo que:

Trabalho voluntário é uma via de mão dupla: o voluntário doa e recebe, voluntariado não tem nada a ver com obrigação, com coisa chata, triste, motivada por sentimento de culpa. Voluntariado é uma experiência espontânea, alegre, prazerosa, gratificante. O voluntário doa sua energia, tempo e talento, mas ganha muitas coisas em troca: contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de viver outras situações, aprender coisas novas, satisfação de se sentir útil.

É neste contexto que o Terceiro Setor surge como a grande promessa no resgate da solidariedade e da cidadania, tentando superar entre outros fatores a exclusão, através da inclusão social. “Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o Voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial. Promete-nos, implicitamente, um mundo com a diminuição das desigualdades sociais e dos conflitos entre classes.” (ABONG, 2007).

Cabe salientar que os voluntários mencionam que a instituição em questão é excelente, uma referência para o bom desempenho dos deficientes visuais. Segundo Albuquerque, (2006, P. 130):

As organizações sociais não devem substituir o Estado (a esfera pública, que não pode ser confundida com a estatal). Devem dar aos cidadãos, ao setor privado e ao Estado exemplos de como enfrentar os graves problemas sociais e econômicos dos países em desenvolvimento. As organizações devem também lutar para que esses exemplos sejam incluídos nas políticas públicas da União, dos estados e dos municípios.

Porém, estes entrevistados não citam, em algum momento, que entendem que existe o Terceiro Setor ou o trabalho voluntário, bem como a própria ACIC, em decorrência de uma falha do Estado.

¹⁸ Responsabilidade Social: O que é e onde se enquadra o voluntariado. Disponível em: <www.webartigos.com>. Acesso em: 25 de novembro de 2009.

2.3.3 Apresentação da Pesquisa com os Voluntários Internos

De acordo como já mencionado anteriormente, foram aplicados 52 questionários aos demais voluntários ativos da ACIC, aos chamados voluntários internos. Vale lembrar que são voluntários ativos referentes ao ano de 2009, são os que participaram quando preciso, atendendo à demanda da ACIC.

Neste questionário constavam dados principais como sexo, formação e atividade profissional.

Analisando os voluntários num contexto geral, (questionários e entrevistas semi-estruturadas), quanto ao critério sexo, temos o gráfico a seguir:

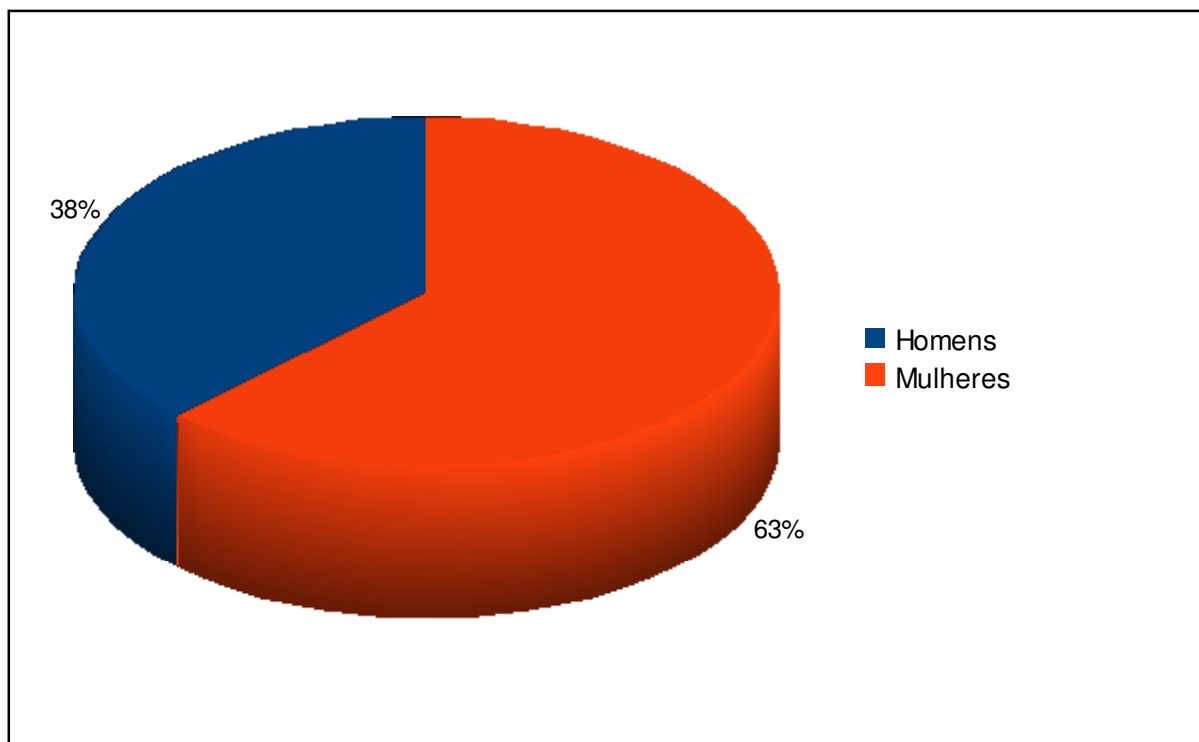


Gráfico 3: Sexo dos Voluntários da ACIC

Fonte: Pesquisa própria realizada através das entrevistas semi-estruturadas e questionários no período de março de 2009 a novembro de 2009.

Neste critério, a ACIC se apresenta contrária ao Censo de 2005 exposto no primeiro capítulo deste trabalho, onde naquela época, o Brasil contava com mais homens voluntários, representando 53% da totalidade, 10% menos do que a maioria feminina voluntária da Associação.

No que diz respeito à formação escolar dos voluntários, estes se apresentam da seguinte maneira:

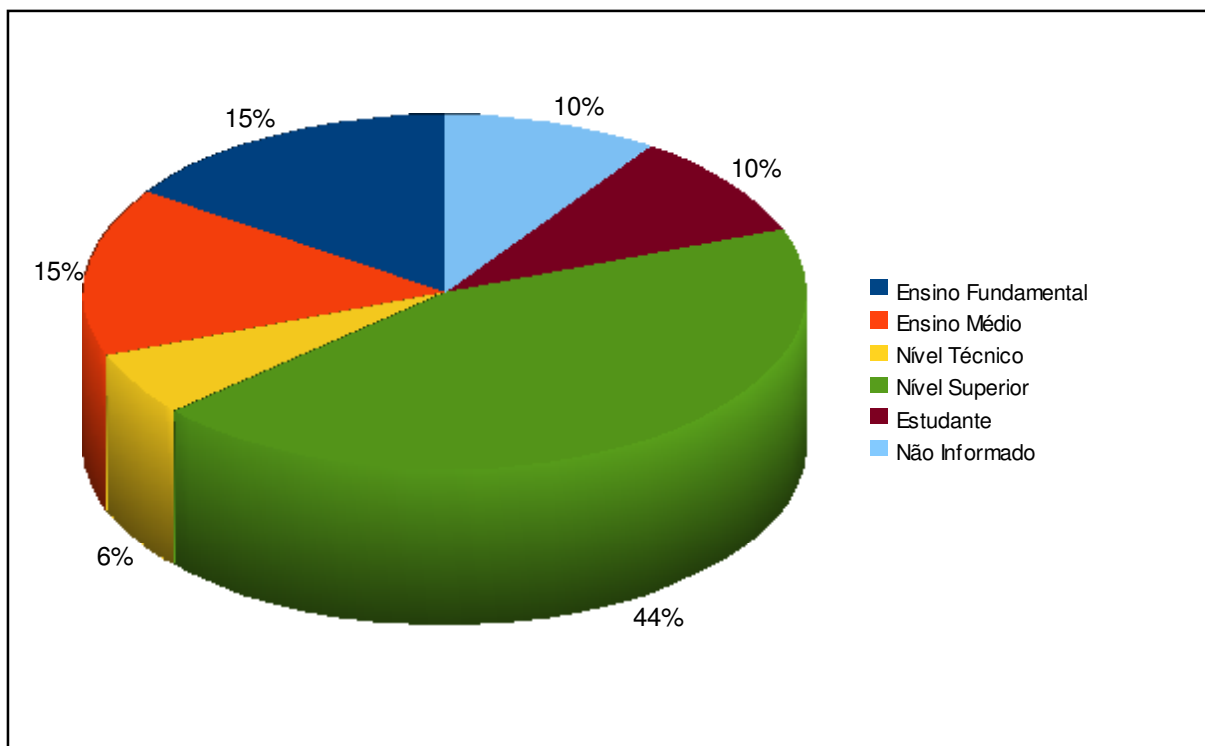


Gráfico 04: Formação Escolar

Fonte: Pesquisa própria realizada através das entrevistas semi-estruturadas e questionários no período de março de 2009 a novembro de 2009.

No gráfico acima, os que se enquadram como estudantes, todos, sem exceção, estão cursando nível superior.

Percebe-se que a maioria obtém formação acadêmica, graduação em algum curso universitário, o que nos leva a imaginar que possuem pelo menos uma noção sobre o Terceiro Setor e o Voluntariado¹⁹.

Segundo Albuquerque, (2006, p. 17):

Investigadores e estudiosos reconhecem o surgimento de um novo campo acadêmico e de um novo recorte temático que ganha identidade. [...] O grande desafio no campo do conhecimento do terceiro setor é inserir esse tema nos grandes campos das disciplinas clássicas, promovendo o diálogo

¹⁹ Isto exposto, comprova os dados da pesquisa Ipsos Marplan, feita em nove centros urbanos com 50.520 (cinquenta mil quinhentos e vinte) pessoas durante 2004, que apontou que os voluntários brasileiros apresentam alto índice de escolaridade. 23% são pós-graduados e 20% já completaram o ensino superior. Esta proporção é bastante superior aos demais níveis de escolaridade: 3% dos voluntários são analfabetos e 9% têm ensino fundamental completo. (Fonte: Pesquisa Ipsos Marplan realizada com pessoas maiores de 13 anos em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza). Disponível em: <<http://www.ivoluntarios.org.br/site/pagina.php?idmenu=3>>. Acesso em 2 de outubro de 2009.

entre diversas áreas e construindo bases teóricas mais sólidas. Além disso, há que se atentar para o risco de o estudo do terceiro setor produzir apenas estudos de caso empíricos, sem que avancemos para uma reflexão acadêmica e teórica mais profunda. Os estudos empíricos são importantes e fundamentais, mas não suficientes para o crescimento de um novo campo de conhecimento.

O debate acadêmico e conceitual do Terceiro Setor é recente, principalmente em países em desenvolvimento. Ainda assim, já se atingiu, no âmbito das universidades, um considerável nível de reflexão. (ALBUQUERQUE, 2006).

Tratando de atividade profissional, dividiu-se por área de atuação, que são explicitadas abaixo e têm-se os dados a seguir:

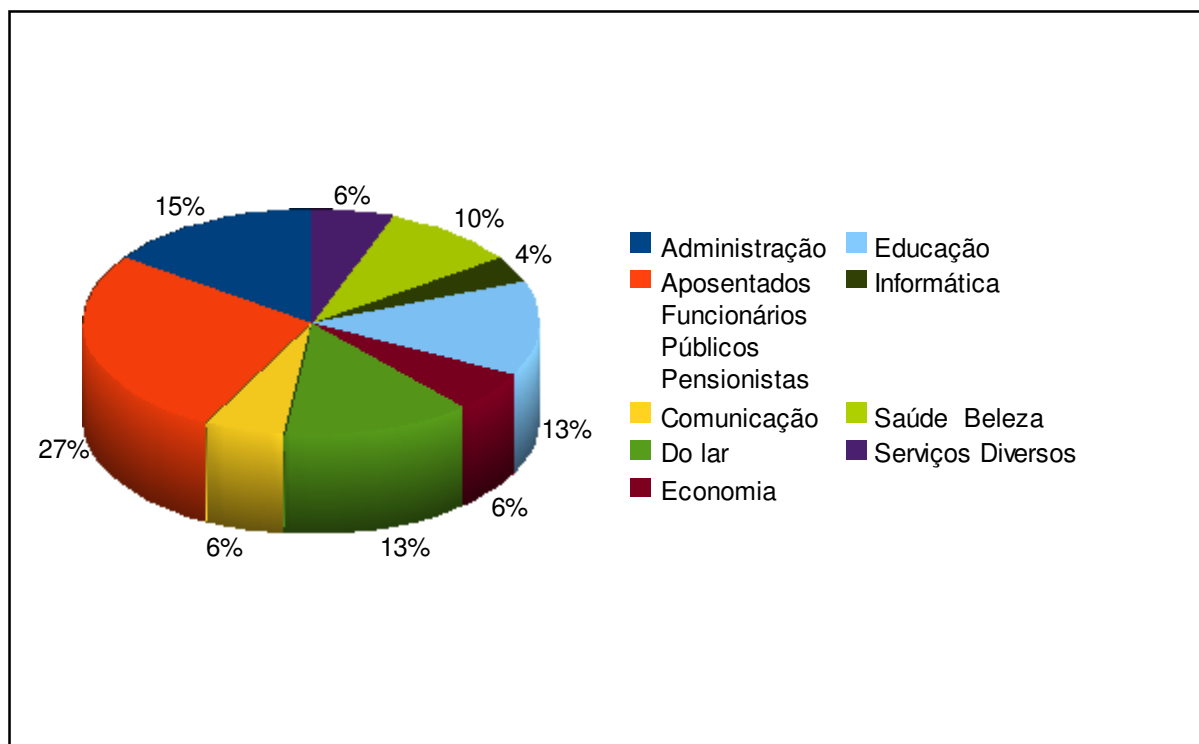


Gráfico 05: Atividade Profissional

Fonte: Pesquisa própria realizada através das entrevistas semi-estruturadas e questionários no período de março de 2009 a novembro de 2009.

As atividades profissionais, agrupadas por categorias, são as que seguem descritas:

- **Administração:** Auxiliares Administrativos, Corretores de Imóveis, Empresários e Gerentes de Recursos Humanos.

- **Aposentados, Funcionários Públicos e Pensionistas:** pessoas com salários estáveis, ou seja, possuem empregos com estabilidade profissional, ou pensões vitalícias.
- **Comunicação:** Cinegrafistas, Jornalistas e Músicos.
- **Do lar:** Mulheres não inseridas formalmente no mercado de trabalho.
- **Economia:** Bancários e Economistas.
- **Educação:** Bibliotecários, Professores de diversas séries escolares e Supervisoras Escolares.
- **Informática:** Analistas e Programadores de Sistemas.
- **Saúde e Beleza:** Acupunturistas, Cabeleireiros, Esteticistas, Médicos de diferentes especialidades e Técnicos em Radiologia.
- **Serviços Diversos:** Cuidadoras de Idosos, Pedreiros e Zeladores.

Percebe-se a expressiva divisão em várias atividades profissionais, sendo que se destaca como maior percentual (27%) relativo a Funcionários Públicos / Aposentados / Pensionistas.

Identifica-se um misto de atividades, ramos profissionais, o que se pode entender que não existe uma articulação entre ser voluntário e a sua atividade profissional.

Com isso, entende-se que alguns são capazes individualmente de identificar um problema e agir. Outros preferem atuar em grupo, sendo este de vizinhos, amigos, estudantes ou aposentados, colegas de trabalho, enfim, que se mobilizam para ajudar pessoas e comunidades. Por vezes, é uma instituição inteira que se mobiliza, seja ela um clube, igreja ou empresa. No Voluntariado não há fórmulas nem receitas a serem seguidas e cada um é voluntário a seu modo.

É importante ressaltar que sob a égide neoliberal, o Voluntariado vem ocupando espaço considerável na sociedade atual. De acordo com SILVA, (2007, p. 17):

Na sociedade atual, percebe-se que o trabalho voluntário vem assumindo cada vez mais um expressivo papel de destaque social. No Brasil, há um forte apelo à solidariedade dos brasileiros quanto a sua responsabilização pelas mazelas do sistema capitalista vigente em época da barbárie neoliberal.

O Terceiro Setor utiliza-se de recursos materiais e humanos para a solução de problemas do coletivo. E dentre as pessoas que se dedicam ao trabalho no Terceiro Setor, é expressiva a quantidade das que o fazem voluntariamente, ou seja, não recebem qualquer contrapartida financeira pelo exercício de sua função. (DOHME, 2001).

Diante do exposto, após a apresentação, juntamente com a análise dos dados coletados na pesquisa empírica e fundamentada com o devido embasamento teórico, a seguir, as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como parâmetro as referências bibliográficas pesquisadas, percebeu-se que Terceiro Setor é sem dúvida um assunto polêmico, um divisor, onde os que dele participam, através do Voluntariado, por exemplo, o entendem como algo humanitário, só percebendo o lado bom, salvacionista, ou muitas vezes entendem ser a única saída para sociedade quanto ao enfrentamento das mazelas cada vez mais acentuadas do modo de produção capitalista.. Vêem o Voluntariado como um dos pilares que sustentam as organizações do Terceiro Setor.

Segundo PAES, (2004, p. 108):

[...] o voluntariado é a forma com que cada vez mais pessoas procuram contribuir para uma nova ordem social, conscientes de sua responsabilidade ante uma sociedade desigual. Portanto, a noção de voluntariado vincula-se diretamente a aspectos de engajamento social e cidadania, notadamente pela disponibilidade de prestar serviços a quem delas necessite, sem expectativa de auferir benefícios financeiros.

É com essas ações que surge fortemente a tendência de desregulamentação, por parte do Estado, de atividades que estão sob sua responsabilidade direta, acentuando a transferência das mesmas para a sociedade civil, atribuindo-lhes funções de caráter público. (IAMAMOTO, 2007).

Entre os que compreendem o Terceiro Setor em sua totalidade, há o entendimento, por exemplo, de que mesmo com a atuação das ONGs a situação da sociedade não é a ideal e que o maior beneficiário desse contexto, é o Estado, se tornando mínimo para o social e máximo ao capital. Que existe um comodismo e uma perversa intenção nas famosas campanhas do “ajude o próximo”.

É nesse pensamento de ajudar que de acordo com ROSA, (2003, p. 42), pessoas comuns são voluntárias:

No mundo inteiro, pessoas quer conjunta ou isoladamente têm contribuído com esforços próprios para auxiliar na redução dos problemas sociais. Sem os voluntários seria impossível a manutenção do Terceiro Setor nos contornos que se pretende alcançar. O trabalho voluntário revela a abnegação e exprime o valor daquelas pessoas que perceberam sua capacidade de mudar a realidade posta, e ser útil aos semelhantes.

Embora o Estado de Bem-Estar Social nunca tenha sido implantado efetivamente no Brasil, houve a substituição gradativa e intencional das funções do Estado pelo chamado Estado Mínimo, resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas. Com este entendimento, Montaño (2002), sob a perspectiva crítica e de totalidade, considera o Terceiro Setor como estratégia neoliberal de transformação ideológica da sociedade civil em Terceiro Setor, quanto a desresponsabilização Estatal no enfrentamento à questão social.

Apesar de toda essa polêmica e dissenso quanto a conceituação do chamado Terceiro Setor, é necessário segundo Rosa, (2003, p. 24):

A criação de uma conceituação do setor é essencial para a construção da sua própria identidade, a fim de que se fortaleça e seja capaz de melhor lidar com os problemas da sociedade civil em que se insere. Diante das várias denominações, simultaneamente ao surgimento de certas organizações no interior da sociedade civil, caracterizadas pela promoção de ações de natureza privada com fins públicos, diferentes denominações passaram a ser dadas a elas. [...] No entanto, essa imprecisão do setor não é razão para menosprezarmos sua importância e atuação no contexto das sociedades civis e das economias globais.

Pode-se definir o Terceiro Setor como não sendo público nem privado, mas sim uma junção do setor estatal e do setor privado para uma finalidade maior, suprir as falhas do Estado e do setor privado no atendimento às necessidades da população. É a denominação mais recente, e aqueles que a utilizam consideram o Estado como primeiro setor e o Mercado como segundo setor.

A compreensão do que vem a ser o Terceiro Setor, com suas características, atuação e organização, se constitui em um desafio essencial para todos aqueles que desejam atuar nesse contexto. Além desse desafio, considerando que o ponto principal do Terceiro Setor é colocar no centro do cenário o social, as pessoas, de acordo com THOMPSON, (1997, p. 47), outro grande desafio é:

ver como, a partir do social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça a necessidade e bens e serviços da maioria da população, e não de uma minoria. E também, como se pode reinventar o Estado enquanto extensão de um contrato social que reflita essa relação, onde as pessoas estejam no centro das preocupações políticas.

Como futuro do Terceiro Setor, coloca-se dois campos principais. O primeiro é a Política, onde o Terceiro Setor precisa atuar na conquista e garantia dos direitos e da cidadania dos excluídos, muitas vezes enfrentando o Estado e o Mercado. O segundo é a Economia, onde a prestação de serviços e as regras do mercado serão o que orientará a sua ação.

Desta forma, após realizar a pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica de nosso objeto de estudo, bem como a pesquisa empírica com os voluntários da ACIC, pode-se afirmar que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, tendo em vista o levantamento feito através dos dados colhidos com os sujeitos pesquisados, evidenciando o perfil destes voluntários.

Analisando os dados, identificaram-se suas principais características, que são: não possuir articulação quanto a atividade profissional, apresentarem uma maioria significativa no que se refere a nível de escolaridade, assim como não conseguem identificar um único motivo relevante para serem voluntários, como por exemplo, terem algum deficiente visual na família. Ajudam pelo simples fato de se sentirem bem com isso, ou seja, solidariedade. O que se comprova quando observa-se que a maior parte de recursos da ACIC, é originada por doações de pessoas físicas e jurídicas.

O outro lado dessa satisfação pessoal em ajudar, por parte dos voluntários da ACIC, está um trabalho voluntário que apresenta aspectos críticos, gerados do contexto em que o Estado vem se desobrigando, cada vez mais, de suas responsabilidades sociais, responsabilidades estas, asseguradas pela Constituição Federal, e assim, as repassam para a sociedade civil.

Diante do exposto, entendemos que faz-se necessária uma compreensão do que vem a ser o Terceiro Setor e voluntariado, com suas características, atuação e organização, sob a perspectiva crítica e de totalidade, constituindo-se um desafio essencial para todos os profissionais que desejam atuar nesse contexto, a exemplo do Assistente Social.

Assim sendo, junto com a explosão do Terceiro Setor a partir da década de 1990, sob a égide neoliberal, o voluntariado também tem aumentado com tanta força, que em 2001, início de um novo milênio, foi considerado como o *Ano Internacional do Voluntariado*, trazendo como proposta ao novo milênio, uma nova roupagem, e que as pessoas seriam melhores colaborando, pois cada necessidade social é uma oportunidade de ação voluntária.

Os resultados da pesquisa empírica evidenciaram essa tendência, na qual as pessoas têm buscado ajudar o próximo movidas pelo sentimento de solidariedade, o que acaba refletindo positivamente nelas próprias. Neste sentido, postula Silva (2007, p. 25):

O Conselho da Comunidade Solidária define o voluntário como sendo a pessoa que “motivada por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de forma espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário” [...] Percebe-se, portanto, que o voluntário realiza o trabalho norteado pelo impulso solidário e espírito cívico, atendendo tanto às necessidades do próximo quanto às suas próprias motivações pessoais.

Desta forma, entre os voluntários que participam dos trabalhos na ACIC, percebe-se que através da solidariedade que os motiva a atuarem voluntariamente, buscam através de suas ações mostrarem suas qualidades, amenizando o sofrimento do próximo. E que mesmo sem demonstrarem uma visão crítica desta temática, agem movidos prioritariamente pela sua própria satisfação pessoal.

Isso demonstra a expressiva influência que a mídia sob a égide neoliberal tem sobre a população brasileira. Referindo-se às campanhas apelativas à solidariedade, Silva (2007, p. 17) adverte:

a mídia televisiva reforça a idéia de que a população é responsável pelos problemas sociais, apontando o voluntarismo como uma das possibilidades de resolução mais viáveis e uma forma de exercício da cidadania, a exemplo das constantes campanhas com expressivos destaques realizados pela empresa de televisão mais assistida no país a Rede Globo: Criança Esperança, Amigos da Escola, entre tantos outros. Dessa forma, evidencia-se a visão reducionista de cidadania igual a trabalho voluntários, idéia essa que vem sendo reforçada principalmente pela mídia televisiva, na qual ser solidário com o outro significa, em grande medida, assumir a responsabilidade sobre as expressões da questão social, as quais deveriam ser assumidas prioritariamente pelo Estado. Assim sendo, percebe-se claramente as reais intenções de transferência de responsabilidades para a sociedade civil, ficando o Estado cada vez mais mínimo, descompromissado e omissor de suas responsabilidades.

De acordo com tudo o que foi visto, ONGs necessitam de profissionais qualificados, mas acima de tudo, sua essência está no Voluntariado, mesmo que estes sejam sensibilizados através dos apelos das campanhas publicitárias, disfarçadas de demonstrações de solidariedade.

Diante do exposto, este trabalho mostra que mesmo representando a retração do Estado, recentemente começou-se a reconhecer a importância desse setor no

âmbito da economia e sociedade contemporâneas, por sua capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais que o Estado não apresenta condições de atender. (PAES, 2004).

Assim, este trabalho mostra que mesmo representando a retração do Estado, o Terceiro Setor existe e se fortalece cada vez mais, ficando ainda mais difícil, ou impossível, negá-lo. Também demonstra a complexidade de expressões e significados diversos que envolvem o Voluntariado. Portanto, é fundamental o aprofundamento de pesquisas, estudos, reflexões e produções sobre esta temática, norteado por uma visão de totalidade, assim como também profissionais qualificados que nele possam atuar²⁰.

²⁰ Dessa maneira, esperamos que esta pesquisa motive pesquisas posteriores sobre esta importante temática, ampliando sua discussão. Para tanto sugerimos também a ampliação de campo de estágio na ACIC para estagiários do Curso de Serviço Social a fim de contribuir com este desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. São Paulo: Atlas, 1995.

BAYMA, Fátima. Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, V. 31, n.º. 06, p. 119-167. Nov/Dez 1997.

BIDARRA, Zelimar Soares. Invasão de solos urbanos e a estratégia da judicialização coletiva: lutas por direitos e cidadania. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.º 64, Cortez, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 e 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria. 462p.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: Desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 07-12.

DOHME, Vania. **Voluntariado: Equipes Produtivas. Como liderar ou fazer parte de uma delas**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: Desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 25-33.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2007

MEDEIROS, Marcelo. Anjos e Demônios. www.rits.org.br. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: uma crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (Org.) **A nova Fábrica de Consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NATALE, E. ; OLIVEIRA, C. Guia brasileiro de produção cultural. São Paulo: Zé do livro, 2003.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social: Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 5. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

PEREIRA, Ana Maria Warken do Vale. **Voluntariado força crescente no terceiro setor**. 2007, Florianópolis.

RAMOS, José Julio Cordeiro. **Plano de desenvolvimento institucional**. Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), Florianópolis, 2008.

RESENDE, Tomáz de Aquino. **Roteiro do terceiro setor**. Associações e fundações: o que são, como instituir, administrar e prestar contas. 3. ed. rev. Belo Horizonte: Prax, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Alexandre Moraes da Rosa *et al.* **Marco legal para o terceiro setor**: aspectos teóricos e práticos. Florianópolis: Tribunal de Justiça – Divisão de artes gráficas, 2003.

SILVA, Maria Izabel. Dissertação de Mestrado: **A centralidade da categoria Trabalho e o Trabalho docente voluntário na UFSC**. 2007.

SILVA, M.I.; PANCERI, R. **Reflexiones sobre el Trabajo Social y su inserción en el “tercero sector”**. Boletín Electronico Sura número 141, Escuela de Trabajo Social, Universidad de Costa Rica, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

THOMPSON, Andrés A. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: Desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 41-48.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Autorização da Instituição

APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APÊNDICE III – Roteiro da Entrevista semi-estruturada

ANEXOS

ANEXO I – Lei 9.608/08

ANEXO II – Mapa da localização geográfica da ACIC

ANEXO III – Roteiro do Questionário

